

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 324
3 de Abril de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

PORTUGAL DE ABRIL VENCERÁ!



Milhares e milhares de pessoas afirmaram a inabalável solidariedade de comunistas e de todos os democratas à Reforma Agrária durante o comício promovido pela DORL do PCP no Campo Pequeno — Págs. centrais



Em Évora, como noutros pontos do Alentejo e Ribatejo, e em todo o País, grandiosas concentrações culminaram a jornada de luta contra a política criminoso do MAP — Págs. 3 e 4



No Porto, trabalhadores de várias empresas manifestaram-se em defesa dos seus direitos. A vaga de greves e outras formas de luta alastra e faz crescer o movimento de repúdio contra a política antipopular e antinacional do Governo Carmelo-Amarel — Pág. 5

O povo luta
neste Abril de 1980
pela Reforma Agrária
pelas Nacionalizações
pelas Liberdades
pela Constituição
contra a política
do governo da direita



Editorial

DERROTAR A DIREITA — UNIR AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Editorial

DERROTAR A DIREITA—UNIR AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

A grande movimentação nacional em defesa da Reforma Agrária e dos interesses vitais do povo trabalhador, que teve o seu auge nos últimos dias da passada semana, constituiu a expressão mais generalizada e severa de reprovação popular da política de um Governo, jamais verificada desde o 25 de Abril.

Certas questões que ainda estavam confusas para muitos portugueses relativas à nova situação resultante do acesso ao Governo da coligação reaccionária, tomaram-se agora mais claras.

Sob o embate do poderoso movimento de massas os elementos antagonistas da política antidemocrática e antipopular do Governo Sá Carneiro vieram mais ao de cima e assumiram contornos mais precisos.

Por exemplo, a questão da ilegitimidade de uma política de fundo, em colisão aberta e mesmo de ruptura com o quadro das instituições, por um Governo e uma maioria parlamentar de natureza conjuntural e precária, é exactamente uma delas.

Como é sabido, esta questão foi imediatamente levantada pelo PCP logo que se tomaram conhecidos quer o «Programa» quer os propósitos políticos do Governo «Intercalar» Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A prática política destes três meses de Governo contra a qual nos últimos dias se movimentaram por todo o País muitas centenas de milhares de portugueses, mostra que uma tal questão não é uma simples polémica sobre a interpretação do nosso direito constitucional mas uma questão eminentemente prática e actual da realidade portuguesa que opõe a coligação reaccionária à Nação quase unânime.

Nos domínios da Reforma Agrária, da elevação das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias do povo — designadamente na questão dos preços e salários — da política social do Governo em geral, das nacionalizações, da política externa, etc., a reprovação nacional da política do Governo do PPD e do CDS é um facto incontornável, a ilegitimidade dum política de fundo contra as conquistas da Revolução é flagrante e importa liquidar.

A crescente resistência popular contra a ofensiva de destruição da Reforma Agrária, desencadeada pelo Governo fascizante de Sá Carneiro, é um dado essencial da situação política portuguesa actual e o factor mais preocupante da acção ilegítima dos governantes.

A vigorosa luta dos obreiros heróicos da Reforma Agrária contra os roubos, ilegalidades e violências praticados pelos agentes do Governo ou sob a sua cobertura repressiva, tornou-se uma verdadeira luta de sobrevivência pelo pão de cada dia, pelo direito ao trabalho, pela própria integridade física de milhares de trabalhadores, pelas suas conquistas mais preciosas. Esta luta encontra cada vez mais eco no coração e na consciência de todo o povo português.

O Governo não pode ignorar o sentido e a força deste poderoso movimento de âmbito nacional que representa uma veemente condenação da sua ofensiva de destruição da Reforma Agrária.

Sem o mínimo senso das realidades a equipa fascizante do PPD e do CDS no Governo, carrega no acelerador, espeznha a legalidade e a Constituição,

pretende fazer do Alentejo e do Ribatejo terra queimada sob a «lei do gatilho», submetida de novo ao terror de forças repressivas que estão ressuscitando velhos métodos a que o 25 de Abril pôs cobro. Esta política está condenada ao fracasso, choca-se cada vez mais com a vontade do povo.

A ofensiva contra a Reforma Agrária tem de ser contida e derrotada, as terras e bens ilegalmente roubadas às UCPs devem regressar à posse dos trabalhadores.

QUANDO o PCP denunciou o carácter e os objectivos de classe dos novos detentores do Governo e da maioria parlamentar conjuntural e precária que o apoiou, quando preveniu contra a política de reconstituição dos monopólios, de acumulação capitalista à custa da exploração agravada dos trabalhadores, de centralização e concentração do capital indispensáveis ao restabelecimento do poder económico e político da oligarquia financeira e dos latifundiários que detinham o poder antes do 25 de Abril — política que iria nortear toda a acção do Governo — para muitos portugueses uma tal questão era dos domínios da propaganda política do PCP.

Nenhuma dúvida resta hoje ao fundamento e à veracidade das advertências dos comunistas.

A operação política de revalorização do escudo, feita com grande alarido como sábia medida económica dos novos governantes, nenhuma alteração trouxe em termos do salário real dos trabalhadores e de elevação do seu poder de compra. De forma mais discreta, o Governo anuncia já propósitos de desvalorização do escudo em 3%. Na prática foram e são os grandes especuladores do mercado monetário, os que aproveitam com este jogo de abutres.

A subida dos preços dos produtos de largo consumo, principalmente da alimentação, é uma constante da política económica do Governo.

Só em Lisboa, num conjunto de 21 produtos alimentares de origem vegetal e animal, os preços acumulados aumentaram de 106,8% de Dezembro de 79 a Fevereiro de 80 e no Porto, 11 produtos da mesma origem e no mesmo período o salto é de 106,5% para o conjunto acumulado dos produtos.

Aqueles para quem as denúncias do PCP não passavam de propaganda política sem base contra o Governo da Aliança reaccionária podem agora comprovar por si a verdade pura e simples.

A demagogia governante já não consegue ocultar a dura realidade da política económica e social do Governo Sá Carneiro e esta é, sem contestação, a de agravamento constante das condições de vida dos trabalhadores, de maior empobrecimento das camadas pobres e médias do povo, de crescente submissão aos interesses do grande capital português e às multinacionais.

DEPOIS da extraordinária movimentação de massas contra a criminosa política do governo de Sá Carneiro a equipa governante é uma camarilha cada vez mais isolada do povo governando à revelia da vontade nacional.

A camarilha governante aferra-se cada vez mais ao seu projecto de liquidação do 25 de Abril, à sua política

antinacional. Não há por isso outra alternativa senão aumentar a força do movimento popular e intensificar a resposta de massas à política deste Governo, cujas características fascizantes se evidenciam de maneira crescente.

O Governo permanece surdo às reivindicações populares mais legítimas ao mesmo tempo que se afunda na ilegalidade, na violência, nos «fumos» da corrupção.

Nas fábricas e escritórios, entre os pequenos e médios agricultores, nas acções das mulheres e da juventude, no seio da intelectualidade, cresce a repulsa contra a política social e económica do Governo, contra as violências e os métodos repressivos como forma de resposta aos anseios populares.

A IV Conferência da Reforma Agrária será certamente uma nova e importante jornada contra a política do MAP que não deixará de reflectir a decisiva força do movimento de massas de solidariedade aos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo.

A jornada nacional de luta decidida pelo movimento sindical unido sob a égide da CGTP-Intersindical para o próximo dia 19 constituirá sem dúvida o corolário das potentes lutas do mês de Março contra o Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, do PPD e do CDS.

INCAPAZ de responder cabalmente às aspirações mais sentidas dos trabalhadores, abalado pelas poderosas lutas populares de massas, com a sua base social e política cada vez mais reduzida, o Governo e a Aliança reaccionária afundam-se crescentemente na inconstitucionalidade, no golpismo.

É significativo que no momento em que por todo o País se comemora a Constituição da República, fruto e garantia das conquistas de Abril, os políticos da Aliança reaccionária multipliquem as suas iniciativas anticonstitucionais, intensifiquem a confrontação política e social a todos os níveis, deltem mão aos mais sujos expedientes anticonstitucionais para escaparem à derrota eleitoral que os separa na segunda metade de 80.

Todos os «engenheiros» do golpismo no seio da Aliança reaccionária se entrem na febril azáfama de construir mecanismos eleitorais que falsem a vontade popular e garantam a vitória eleitoral das forças reaccionárias quer nas eleições legislativas quer nas presidenciais. O golpe disfarçado contra a democracia prossegue e prepara-se activamente nas alforjas da reacção.

A Aliança reaccionária dá mostras de nervosismo, teme o veredicto popular nas eleições deste ano.

Principalmente as eleições presidenciais preocupam visivelmente os chefes de direita. O PPD e o próprio Sá Carneiro tentaram fabricar para o actual Primeiro-Ministro um perfil «simpático» para candidato à Presidência da República.

A «operação» Sá Carneiro saiu-se por um rotundo fracasso, as sondagens encomendadas pela Aliança reaccionária revelaram a extrema impopularidade do candidato a ditador do PPD e toda a estratégia teve de ser mudada.

Depois de insistirem num candidato civil os desconfiados estrategos eleitorais da reacção

viram-se para um candidato militar e significativamente lançam agora a «operação» Spínola, o chefe das intenções reaccionárias de 13 de Julho e 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975.

A Aliança reaccionária em desespero de causa manipula as leis, joga com expedientes ridículos como os novos círculos da emigração e arranjos nos círculos eleitorais de Lisboa, Porto e Setúbal para obter por processos fraudulentos a vitória nas eleições de 80.

O falhanço das acrobacias eleitoralistas levou à reactivação da desestabilização da Aliança reaccionária no seio das Forças Armadas onde a reacção tenta criar focos de tensão dirigidos contra o Presidente Ramalho Eanes cuja recandidatura não é visivelmente do agrado da coligação governamental.

Sob o fogo da luta de massas, enroscados nas malhas do baixo manobristo político e do golpismo, empenhados em chelo na ruptura das instituições, os reaccionários da AD encaram sombriamente o futuro.

TAMBÉM significativamente os chefes da Aliança reaccionária se mostram alarmados com a hipótese de exoneração antecipada de Sá Carneiro antes dos oito meses «intercalares».

Pedro Roseta mostrou na AR o pânico da direita ante tal perspectiva e o próprio Primeiro-Ministro faz declarações defensivas no mesmo sentido.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral apoia-se numa maioria parlamentar precária, toda a sua política tem sido de ruptura das instituições, de confrontação entre os órgãos de soberania e contra os trabalhadores.

A política externa do Governo AD é uma catástrofe para o País, mesmo os seus patrões imperialistas se mostram alarmados com as consequências do histerismo anti-soviético e das provocações contra Angola e Moçambique que ameaçam levar à ruptura de relações com aqueles novos países independentes da África nova, com incalculáveis prejuízos para Portugal.

O Governo Sá Carneiro pode constitucionalmente ser demitido sempre e quando desrespeita a Constituição.

Quando as massas populares gritam «Sá Carneiro para a rua!» exprimem politicamente um veredicto que já ganhou pleno fundamento no plano constitucional.

NESTAS condições torna-se cada vez mais imperativas a unidade e o entendimento entre todas as forças democráticas e patrióticas sem o que se poderia tomar impossível vencer contra a direita a batalha eleitoral do ano 80.

As batalhas que se avizinhm impõem desde já um grande esforço de aproximação e de abertura democrática e um combate intransigente ao divisionismo que sob uma fraseologia pseudo-revolucionária serve de facto os inimigos da democracia e da Revolução.

NA linha tradicional da sua política unitária e de fortalecimento prioritário do movimento democrático e popular de massas o PCP não parará esforços para conjuntamente com outras forças democráticas infligir novas derrotas à reacção nas importantes jornadas que se avizinhm.

Que Camões comemoramos: o Poeta do Povo e da Pátria, o Poeta de um mundo em transição!

Uma sessão de reflexão sobre a importância estética, artística e histórico-cultural da obra de Luís de Camões, promovida pelo Sector Intelectual da ORL do PCP na passada segunda-feira no Teatro Aberto, em Lisboa, constituiu a primeira iniciativa do nosso Partido para comemorar o IV Centenário do Poeta, de acordo com a resolução tomada pelo IX Congresso do PCP.

Ao longo de mais de três horas, o numeroso público que enchia por completo a sala, assistiu e participou numa rica sessão de estudo e de análise da vida e da obra de Luís de Camões e da sua época, no final da qual ficou bem localizada a questão Que Camões Comemoramos — precisamente o tema que

presidiu à realização do encontro.

A análise diversificada da vida, da obra e da época de Camões esteve a cargo de três reputados especialistas, os camaradas Armando de Castro, Oscar Lopes e Borges Coelho. Na mesa que presidiu à sessão tomaram igualmente lugar os camaradas Aboim

Inglês, membro do Comité Central do PCP, e Manuel Gusmão, membro suplente do CC, que presidiu.

Ao longo das diversas intervenções; ficou bem claro que um dos objectivos principais das comemorações do centenário camoniano será o de divulgar junto do nosso povo a sua obra. Isso mesmo foi salientado na introdução do debate por Manuel Gusmão, que acentuou o facto de, com essa divulgação, se deve proceder simultaneamente à libertação da obra de Camões das apropriações que a reduzem e mistificam.

Entretanto, e pelo contrário, foi sublinhada a firme vontade

do PCP de, ao empenhar-se nas comemorações camonianas, não pretender com isso uma apropriação ideológica ou sectária, mas contribuir para uma leitura dinâmica da sua obra que, como foi referido no final da sessão pelo camarada Aboim Inglês, constitui, como marco do património cultural, uma ferramenta indispensável na luta do nosso povo pela construção de um mundo novo.

Armando de Castro traçou uma panorâmica do quadro real em que Luís de Camões, o homem e o poeta, se moveu; Borges Coelho fez uma abordagem de «Os Lusíadas»

e do seu significado histórico-cultural na época; Oscar Lopes traçou uma panorâmica das diversas leituras que, ao longo dos tempos e nestes quatro séculos, foram feitas da obra épica e lírica de Luís de Camões.

Estas três intervenções forneceram uma multiplicidade de pistas para a abordagem da obra de Luís de Camões e da sua época, bem visíveis aliás no debate que se lhes seguiu.

No final da sessão ficou bem claro que comemorar Camões é comemorar um Poeta do Povo e da Pátria, é comemorar o Poeta de um mundo em transição.

A morte de Ton Duc Thang

Condolências do PCP

Ao tomar conhecimento da morte do camarada Ton Duc Thang, presidente da República Socialista do Vietnam (ler notícia na pág. 11), o PCP enviou ao Comité Central do PC do Vietnam o seguinte telegrama:

Queridos camaradas. Foi com grande pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Ton Duc Thang, presidente da República Socialista do Vietnam. Evocando sua grande figura de combatente,

expressamos aos comunistas e povo vietnamita sentidas condolências comunistas portuguesas e inteira solidariedade edificadora vietnamita socialista. Pelo Secretariado do Comité Central do PCP. Álvaro Cunhal

Saudação à OLP e ao povo palestino

O Secretariado da CC do PCP enviou ao Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina, a seguinte saudação: Queridos Camaradas, Por ocasião do «Dia da Terra» saudamos fraternalmente a OLP e o Povo Palestino e reafirmamos a solidariedade combativa dos comunistas portugueses à luta contra as conspirações de Camp David, pelos direitos nacionais inalienáveis do Povo Palestino, o regresso à sua pátria,

o estabelecimento do Estado independente e soberano em território libertado da Palestina. Saudações Fraternalistas Pelo Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português Domingos Abrantes

Delegação no Iraque

Entretanto, com o objectivo de participar na 2.ª Conferência

Internacional de Solidariedade com os Agricultores e o Povo da Palestina, deslocou-se ao Iraque, a convite do respectivo Comité preparatório, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Victor Louro, deputado à Assembleia da República e por António Joaquim de Oliveira Pinto, operário agrícola. Esta 2.ª Conferência Internacional decorreu em Bagdade entre 30 de Março e 1 de Abril e coincidiu com a 4.ª comemoração do «Dia da Terra» da Palestina.

O 50.º aniversário do Partido do Povo do Panamá

Os comunistas do Panamá comemoram nestes dias o 50.º aniversário do seu partido, o Partido do Povo do Panamá, criado em Abril de 1930 na base da fusão de vários grupos marxistas e da ala esquerda do

então extinto Partido do Trabalho.

Por ocasião desta data, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido

do Povo do Panamá «fraternais saudações» e os «votos dos maiores sucessos na corajosa luta dos comunistas panamanios pelo progresso social e completa independência da sua pátria».

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editor: Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 78744/78751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáclio, 30 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26351.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impressão na Heeka Portuguesa, R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 72 037



A venda

POE OS OLHOS NO TEU PAÍS

JIMMY CARTER

Os Direitos Humanos nos EUA

Partido Comunista dos EUA



As edições Avante! acabam de lançar mais uma edição do

PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP

As propostas e estrutura de um grande partido de massas

CDL a distribuição

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

Volume I

DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

Volume II

O GOVERNO PS/CDS

(Discursos políticos de Álvaro Cunhal)

Análises, propostas, previsões e críticas formuladas em devido tempo a que o dia-a-dia deu a dimensão da sua justeza

CDL a distribuição

edições Avante!

EM DEFESA DE ABRIL

O Alentejo paralisou!

A 24 de Março, os governadores civis dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal vieram avisar que antes das 19.30h nos dias úteis e depois das 0.30h não seriam permitidos ajuntamentos em vias ou recintos públicos. Vieram reafirmar a "determinação em fazer cumprir a lei nos seus precisos termos e pelos meios adequados"... Ao mesmo tempo, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral mobilizava 200 polícias de intervenção de Faro e de Lisboa para Évora, e o "carro da água" exibia-se pela segunda vez desde o Governo Mota Pinto nas ruas desta capital de distrito.

Enfim, com estas e outras medidas e declarações, o Governo não poupou esforços para intimidar e desmobilizar as populações.

Mas a Jornada de Luta foi uma etapa histórica inesquecível

Durante três dias inteiros, 25, 26 e 27 de Março, o país inteiro pulsou ao ritmo da Reforma Agrária. Multidões de trabalhadores paralisaram, concentraram-se, manifestaram-se de norte a sul. Não houve sector de actividade económica onde não surgisse a luta, a solidariedade, o apoio. E em terras da zona de intervenção, os trabalhadores das UCPs/Coop., dia e noite, ganharam as ruas das capitais de distrito e das sedes de vários concelhos em concentrações como não há memória, dada a diversidade de locais onde se concentraram e em todos eles em multidões compactas e combativas. Não houve UCP em cujas terras se visse alguém trabalhando: no distrito de Évora, pela primeira vez, até a Cooperativa do Vale do Rico Homem paralisou num inequívoco protesto contra a política de recuperação latifundista do Governo. E este facto foi acolhido pelos trabalhadores com a alegria com que se recebem companheiros que andavam arredios e encontram, enfim, o seu lugar próprio: o lugar que faz mais fortes os que já têm a força da razão, a força de quem está pela democracia.

No dia 27 seria a vez de paralisarem os trabalhadores agrícolas do sector privado. Calculada provisoriamente em 82 por cento, esta paralisação constitui um êxito — para alguns inesperado dadas as fortes pressões do patronato agrícola —, sem excepção, nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal. E seria também este o dia que melhor definiríamos como o da "explosão da solidariedade". Isto porque, como dissemos, não houve sector de actividade onde não houvesse paralisação parcial ou simplesmente simbólica, moção de apoio ou outro qualquer gesto que com clareza exprimisse a consciência profunda de que "o presente e o futuro da Reforma Agrária são uma questão nacional e uma questão decisiva para a defesa do regime constitucional e da vida democrática do País". Tal como não houve distrito no Continente onde deixasse de verificar-se manifestações múltiplas desta solidariedade que se manifestou por todo o país numa vontade inequívoca.

O Governo PPD/CDS não serve o país!

Sem dúvida, este foi e continua a ser o grito mais vibrante da multidão que invadiu ruas e largos nos dias da grandiosa Jornada em defesa da Reforma Agrária. A par deste, outros que representam aspectos de uma mesma verdade: o povo trabalhador não quer um governo de capitalistas e agrários. Palavras de ordem contra o custo de vida, palavras de ordem de luta e de certeza na vitória: "As terras roubadas serão recuperadas", "As terras roubadas serão recuperadas", "Agrário ladrão rouba o nosso pão", "AD a governar, a fome a aumentar!"

Houve também os momentos de maior pausa: de noite quando as fogueiras se acenderam nas ruas e largos onde os trabalhadores da zona de intervenção permaneceram concentrados. Trabalhadores, homens e mulheres, muitos deles com os visíveis traços da repressão nas faces, nas cabeças, nos braços. Mas quem poderia impedi-los de ali estar no sol do dia ou no frio da noite! Nem intimidações nem ameaças. No entanto, ao contrário das demais manifestações e concentrações, a Jornada dos dias 26 e 27 não teve a costumada multidão de crianças agarradas às saias das mães ou brincando entre os grupos. Porque os trabalhadores não sabiam até onde ia o desespero do Governo AD, porque sabem que este governo é de calibre de não respeitar os direitos humanos, é um governo que tem como arma a violência, a brutalidade. E se, por elas, não hesitam em ir para a luta ou para o trabalho — que é outra forma de luta — depois de na véspera terem sofrido a carga da repressão numa das muitas marcações de reservas, não arriscam as crianças para as quais e pelas quais fundamentalmente é a sua razão de luta.

O Pão da solidariedade a certeza da vitória

Ocasão ímpar de esclarecimento da opinião pública, por todos os locais, estes dias foram aproveitados para contactos, nas cidades e vilas, com as camadas da população menos esclarecidas. E o que se não poupou em trabalho, ganhou-se em adesões. À noite, já acompanhava os trabalhadores gente que habitualmente "não se mete nestas coisas" mas que começa cada vez mais a meter-se quando compreende que estas "coisas" dizem afinal respeito a toda a sua vida e futuro.

Durante a noite, quando as fogueiras ardiam, deputados comunistas estiveram praticamente por todos os locais de concentração. Jerónimo de Sousa, Zita Seabra e Carlos Brito falaram aos milhares de trabalhadores em Évora. E nas palavras de Carlos Brito foi, afinal, exemplarmente resumida a razão primeira por que é tamanha e crescente esta batalha pela Reforma Agrária, a razão fundamental por que esta batalha se estende e ganha novos e novos combatentes:

"A liquidação da Reforma Agrária significaria para o regime democrático português qualquer coisa como arrancar um órgão vital — o coração — a um ser humano."

Foi de noite que chegou também o pão da solidariedade: em Évora, o Sindicato da Panificação ofereceu 4500 pães; o Sindicato da Hotelaria 20 quilos de manteiga, dezenas de litros de café e leite servidos aos manifestantes pelos trabalhadores do sector; em Arraiolos — onde os trabalhadores passaram a noite nas instalações da Câmara — tal como noutros locais, comerciantes da vila ofereceram 150 litros de leite para além de outros produtos. Mas não só dos sindicatos e dos comerciantes veio o pão, o leite da solidariedade. Gente da população, sobretudo mulheres, vieram à rua oferecendo aos manifestantes, sumos, frutas, bolachas.

Como diria alguém "Nunca tal se viu em terras deste país!" E quando se vê tal, quando a determinação dos trabalhadores se expressa nestes termos qualitativos e quantitativos, é mais rija ainda a vontade de avançar, de derrotar o Governo, de vencer.

A luta continua

E continua mais forte ainda. Haverá quem acuse: os tais que estão do outro lado acusarão "Eles dizem sempre isto!" Mas quem pode duvidar que da Jornada saiu ainda mais forte a força dos trabalhadores, quem duvidará que, para além do seu significado quantitativo, esta luta tem um sentido qualitativo fundamental que reside no facto de os trabalhadores tomarem mais nítida consciência da sua própria força? A luta continua. E não há dias marcados para repetir jornadas, para defender a Reforma Agrária. Foi assim no dia 1 de Abril na Voz do Operário, no debate público sobre a Constituição e a Reforma Agrária. Foi assim ontem nas concentrações no Cacém e em Pero Pinheiro. É assim em cada dia em terras da zona de intervenção. É assim no sector industrial e outros. No Movimento Sindical Unitário. É assim nas massas populares em movimento por todo o país. Porque se nos dias 25, 26 e 27 de Março todo o país pulsou em luta pela Reforma Agrária, essa pulsação continua e continuará mais forte, mais rica, mais determinada.



Milhares em Vendas Novas no dia 25...



... e em Avis no dia 26



A solidariedade dos operários da Setenave



Todos na rua em Évora no dia 27...



... tal como em Ponte de Sor no dia anterior



O povo de Évora mostra a sua determinação...



Em Arraiolos, falar da luta



... e a sua unidade combativa



Semana

26 Quarta-feira 1979 - O Presidente da República, general Ramalho Eanes, regressa a Portugal depois de uma visita oficial à Bulgária, Roménia e Hungria.

Milhares de trabalhadores de UCPs e Cooperativas Agrícolas do Alentejo e Ribatejo paralisaram por completo, realizando grandes concentrações em diversos locais, protestando assim contra a ofensiva desencadeada pelo Governo Carneiro/Amaral contra a Reforma Agrária. Na sua qualidade de chefe de Estado Maior General das Forças Armadas o general Ramalho Eanes constitui um grupo de trabalho responsável pelas comemorações militares que assinalarão em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Madeira e Açores o 4.º aniversário do desfecho do fascismo, no próximo dia 25 de Abril. O secretário-geral do PS, Mário Soares, entrevistado pela RTP-1, considera contrário à "realidade democrática" o facto de a "AD", com a actual maioria esmagadora de que dispõe, pretender alterar a lei eleitoral de modo a "perpetuar a sua permanência no poder". Segundo um estudo sobre a economia europeia da Comissão Económica para a Europa, da ONU, os salários reais dos portugueses desceram entre 7 e 8% durante o ano de 1979.

27 Quinta-feira 1920 - Nasce no bairro de Alcântara, em Lisboa, José Magro.

Durante a reunião do Conselho Nacional do Plano, que decorreu sob a presidência de Henrique de Barros, verifica-se que "As grandes opções do Plano para 1980" ignoram o disposto na Lei das Finanças Locais, tendo sido ainda criticado o facto de o Governo PPD/CDS ter desrespeitado o prazo para apresentação do documento. Muitos milhares de pessoas participam numa manifestação organizada pela Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos, exigindo o recomeço das negociações directas do CCTV para o sector. Em conferência de imprensa a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) anuncia que o seu I Congresso se realizará nos próximos dias 24 e 25 de Maio em Lisboa, sendo precedido por um conjunto de iniciativas genericamente designadas por "Debate Aberto com a JCP". Grandiosas opções de massas assinalam na zona de intervenção da Reforma Agrária e em muitas localidades do Centro e Norte do País o último dia da jornada de luta em apoio à Reforma Agrária, decidida no último Congresso da CGTP-Int.

28 Sexta-feira 1947 - A PIDE prende a Comissão Central do MUJUVENIL, por esta organizar um acampamento de jovens, um amplo movimento de protesto jovem, então, a polícia política fascista a libertar os jovens detidos.

Álvoro Cunhal fala num Comício do PCP de solidariedade com a Reforma Agrária realizado no Campo Pequeno, em Lisboa, tendo afirmado que os objectivos maiores do movimento operário e popular e das forças democráticas, neste momento, são atirar abaixo o governo e ganhar as eleições. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o elemento do CDS Kruz Abecassis, durante uma sessão pública da vereação da CML aponta como "solução" a adoptar para o problema da habitação na capital o recurso à iniciativa das "fundações" para fins habitacionais, celebrizadas no tempo do fascismo. Os serviços regionais de Évora do MAP reconstruíram o latifúndio da família Capoulas, entregando, de uma vez, uma reserva de 1200ha a três irmãos, abrangendo terras dos concelhos de Viana do Alentejo e Arraiolos. O matutino "diário" publica o texto integral de um documento comprovativo de que João Goulão aprovou e ampliou um sistema de gratificações monetárias (hierarquizado) destinadas a "motivar" o pessoal da Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária, directamente ligado à atribuição e entrega de reservas. O ministro do Comércio da RP de Angola, Lopo de Nascimento, em declarações publicadas no jornal espanhol "El País", afirma que "o governo de Lisboa realiza uma política em relação a Angola que implica ingerência". O chefe de Estado Maior do Exército, general Pedro Cardoso, dá deferimento ao pedido de passagem à reserva do coronel Pires Veloso.

29 Sábado 1979 - Na sequência das decisões tomadas no Congresso de Todos os Sindicatos, é constituída a União dos Sindicatos de Bragança (USB) congregando os Sindicatos dos Rodoviários, Metalúrgicos, Agrícolas de Bragança, Função Pública e Mineiros do Norte.

Milhares de pessoas concentram-se em Coimbra manifestando o seu repúdio pela política do Governo PPD/CDS; a manifestação foi convocada pelo departamento de mulheres da União dos Sindicatos de Coimbra, pela Comissão Unitária de Mulheres e Movimento Democrático de Mulheres. O Conselho Nacional do PPD/PSD e a Comissão Política do CDS reúnem-se separadamente em Lisboa; da reunião do PPD/PSD saiu a confirmação do sentido da inoperabilidade e impossibilidade de "qualquer tipo de acordo institucional de regime com o PS", enquanto a direcção do CDS reafirma a sua "preferência" por um candidato militar às eleições presidenciais. Termina no Porto uma reunião de cerca de 200 quadros superiores dos CTT/TLP, tendo sido divulgado um relatório onde se considera que foi alcançado o equilíbrio financeiro desta empresa pública "tendo-se assegurado uma autonomia e um acesso, em moldes eficazes, ao crédito internacional, sem necessidade de garantia estatal".

30 Domingo 1922 - Gago Coutinho e Sacadura Cabral iniciam, em Belém, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Termina em Santarém a Festa da Primavera, que decorreu nesta cidade durante três dias, promovida pela DORS do PCP. Termina, na Amadora, com um entusiástico desfile pelas ruas, o Festival da Primavera da JCP, que decorreu durante dois dias nesta cidade; no sábado, houve um debate em que participou o secretário-geral do PCP. A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal denuncia a contratação colectiva de trabalho do sector, que abrange quase 280 mil trabalhadores, sendo enviada a 11 associações patronais a proposta de revisão contratual.

31 Segunda-feira 1978 - Em Setúbal a Setenave lança à água o maior navio até então construído em Portugal - um petroleiro com 350 metros de comprimento, destinado à Soponata.

O banqueiro David Rockefeller, dos EUA, presidente do "Chase Manhattan Bank", declara em Lisboa, onde se encontra de "visita", que a abertura de um escritório da sua organização em Portugal tinha sido encorajada "pelo facto de os governos portugueses terem adoptado as soluções do FMI". Os governos de Portugal e Espanha assinam um acordo sobre cooperação em matéria de segurança das instalações nucleares de fronteira, bem como protocolos adicionais de intercâmbio de informação sobre o assunto. Em conferência de imprensa, os representantes dos trabalhadores da Rodoviária Nacional reafirmam a atitude do Governo em considerar a empresa em "situação economicamente difícil", baseando-se, nomeadamente, no resultado positivo do exercício de 1979 da RN, o qual atingiu cerca de 16 mil contos e na satisfação de todos os compromissos da empresa para com o Estado, banca e fornecedores. O PR, general Ramalho Eanes, recebe em audiência o ministro do Comércio da RP de Angola, Lopo de Nascimento.

1978 - É constituída em Évora a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Sul; integram-na os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Évora, Beja, Portalegre, Setúbal, Santarém e Lisboa.

Em Plenário de Sindicatos da PRC da Função Pública é decidido que estes trabalhadores paralisarão a nível nacional no próximo dia 17 de Abril, contra o boicote governamental das negociações da PRC. A imprensa comenta a intenção do Ministério do Comércio Interno, cujo titular é Basílio Horta, do CDS, em entregar a importação de açúcar a grandes intermediários que se encontram reunidos nas "Refinarias de Açúcar Reunidas" (RAR).

EM DEFESA DE ABRIL



Em Lisboa, no Largo de Alcântara...



...tal como no Porto...

Movimento de solidariedade à Reforma Agrária, em todo o País

Multiplicaram-se em poucos dias as iniciativas de apoio à Reforma Agrária. Ao apelo das organizações sindicais, trabalhadores de todos os ramos da actividade, e por todo o país, demonstraram ao Governo que querem o proseguimento daquela conquista de Abril, que querem o fim da política reacção que visa destruir todo o esforço criador e patriótico levado a cabo pelos operários rurais alentejanos. Um balanço, por mais circunstanciado que fosse, desse apoio, das jornadas de solidariedade que se realizaram de Norte a Sul, ficaria sempre aquém do que foi a realidade. Manifestações em Castelo Branco, ao apelo da União dos Sindicatos, concentrações em Aveiro, Aveleda, S. João da Madeira e Ovar promovidas pela União dos Sindicatos de Aveiro, sindicatos do distrito, comissões de trabalhadores, associações de reformados, núcleos do MDM e organizações da Juventude são exemplo da solidariedade que viveu o centro do país, registando-se, como de resto referimos noutra local, uma grande manifestação e desfile em Coimbra. Logo na quinta-feira passada realizaram-se con-

centrações em todo o país: em Braga, em Viseu, em Grândola, em Alcácer do Sal, em Sines, no Montijo, no Seixal, em Setúbal. A União dos Sindicatos de Torres Vedras promoveu no Clube Artístico e Comercial daquela cidade uma sessão pública. Registraram-se paralisações em Santarém de todos os sectores de actividade. Aderiram às jornadas de luta, entre outros, os sindicatos da Construção Civil, Metalúrgicos, Químicos do Sul, Moagens do Centro e Sul, Gráficos do Sul e Ilhas, Indústrias Alimentares, Celulose e Papel, Hotelaria Têxtil, Cerâmica, Indústrias Eléctricas do Sul, Corticeiros, Rodoviários, Serviço Doméstico, Técnicos de Desenho, Função Pública, Indústria Vidreira, Garagens, Comércio e Serviços e, ainda o STAL e as câmaras municipais de todos os concelhos. Enquanto organizações de trabalhadores de todo o País e também do estrangeiro faziam chegar aos órgãos de soberania e aos jornais e demais órgãos de informação moções de repúdio pela política reacção do Governo, condenando a violência que se tem abateido sobre os trabalhadores da Reforma Agrária, do Minho ao Algarve sucediam-



...em Santarém...



e na Vaz do Operário, a solidariedade alastra!

Manifestantes em Coimbra repudiam política do Governo



Partindo da Praça 8 de Maio, os milhares de manifestantes dirigiram-se para o Parque da cidade, em desfile compacto, entusiástico e combativo

Contaram-se por milhares as pessoas que, em Coimbra, no sábado passado, respondendo ao apelo do departamento de mulheres da União dos Sindicatos daquele distrito, pelo MDM e pela Comissão Unitária de Mulheres daquela cidade, se manifestaram na Praça 8 de Maio e se incorporaram depois no desfile até ao Parque. «A Luta Continua Sá Carneiro para a Rua», «O Povo não aceita Governos de direita» e «Alentejo que dá Pão não merece repressão» foram as palavras mais ouvidas durante a manifestação que protestou contra a política de direita do Governo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral. «Este Governo não é um Governo» afirmou no Parque de Coimbra o dirigente da CGTP-Intersindical Nacional, José Jorge, num dos dois discursos ouvidos pela multidão. «É um bando à solta, organizado para a subversão do regime democrático. E por isso é preciso dar-lhe luta». «Os trabalhadores e outras camadas desfavorecidas da população» diria ainda, «sofrem actualmente as consequências da actuação do Governo mais reacção depois do 25 de Abril». Outro sindicalista, Alexandre Lopes, da União dos Sindicatos de Coimbra, falando em nome da Comissão Organizadora destacou também a actuação antipopular do Governo, recordando as tentativas de suspensão dos contratos e as entregas de terra aos que as não trabalham. No final da manifestação foi entregue ao Presidente da Câmara de Coimbra, um abaixo assinado com mais de três mil assinaturas, protestando contra o aumento do custo de vida.

Defender a Constituição é defender o regime democrático e vencer a reacção

2 de Abril: em 1976, a promulgação da Constituição de Abril; em 1980, a luta em defesa da Constituição e do regime democrático que ela consagra. Quatro anos durante os quais se foi comprovando que a atitude perante a Constituição de Abril é uma pedra de toque que separa o campo das forças democráticas das forças que estão interessadas na liquidação do regime democrático de que o texto constitucional é a consagração legítima. É hoje claro para todo o nosso povo que são as forças democráticas que se encontram na primeira linha de defesa da Constituição de Abril e do projecto de sociedade que ela encerra. Tal como é, também, cada vez mais claro o facto de serem as forças reacçãoárias, as forças saudosas do passado fascista, as que se empenham no ataque desbragado contra a Constituição, na afronta quotidiana ao regime democrático, na acção tendente a rasgar o texto constitucional e a destruir a democracia. Se é certo que a defesa do regime democrático impõe a defesa da Constituição de Abril e das conquistas nela consagradas, por maioria de razão se conclui que, para a reacção, subverter e destruir a Constituição é um passo indispensável para liquidar o regime democrático. A luta em defesa da Constituição de Abril não é uma mera figura de retórica — é uma realidade e uma necessidade que os factos diariamente comprovam. É uma atitude que, dia-a-dia, mobiliza cada vez mais portugueses interessados no futuro da democracia. É por isso que, quanto mais as forças da reacção se empenham no ataque à Constituição, maior é o número daqueles que estão prontos a defendê-la.

mas anticonstitucionais, não são os da democracia, mas os da reacção. O Governo Carneiro/Amaral é um governo que está contra a Constituição e a quer destruir. E está contra a Constituição porque ela é um dos obstáculos aos seus designios de liquidação do regime democrático. Por isso, PPD/CDS sonham com uma revisão constitucional anticonstitucional. Por isso, no Governo e na Assembleia, PPD/CDS actuam como se a Constituição não existisse, não fosse uma conquista do povo português e das suas forças democráticas. O rol de ilegalidades, de arbitrariedades, de prepotências do Governo é uma forma clara de agir contra a Constituição, contra as conquistas nela consagradas, contra o regime democrático de que ela é a expressão. Quando o Governo Carneiro/Amaral investe contra a Reforma Agrária, ataca as nacionalizações, afronta as liberdades democráticas — e está a sua actuação quotidiana — está a desrespeitar a Constituição, está a violar o regime democrático. Isto só comprova que esta Constituição, a Constituição de Abril, não foi feita pelas forças que estão hoje no Governo, mas foi feita contra elas. A luta contra o Governo da aliança reacçãoária é, por isso, uma frente de luta em defesa da Constituição.

Um governo contra a Constituição
O 4.º aniversário da Constituição ocorre numa altura em que, no Governo, se encontram as forças que fazem do ataque à Constituição um dos meios indispensáveis ao afrontamento, mais vasto, do regime democrático. É um governo que, com a sua acção, diariamente comprova que os seus fins não são os da Constituição,

Empenhamento nacional em defesa da Constituição
É esta realidade que o momento presente vem comprovando de forma indelmentável. São as forças democráticas, as massas populares que, dia-a-dia, com o seu trabalho e a sua luta, estão a defender a Constituição. A luta em defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações, a luta contra o brutal aumento do custo de vida — que mobiliza de Norte a Sul cada vez mais e mais portugueses — é uma luta em defesa da Constituição porque é uma luta contra um Governo que constantemente a viola. O que se passa hoje, no Portugal que as forças reacçãoárias querem do passado mas que as massas populares querem democrático, mostra bem quem defende e respeita a lei e quem actua contra ela.

A Constituição de Abril é, cada vez mais, a Constituição do nosso povo e da nossa democracia. Os ataques que as forças reacçãoárias lhe vibram — agora através das cadeiras governamentais — conferem ao texto constitucional ainda maior legitimidade e põem a nu o carácter ilegítimo da actuação do Governo PPD/CDS. Este 4.º aniversário da Constituição democrática e as numerosas realizações populares que o configuram são a demonstração do empenhamento nacional em defender o regime democrático contra um Governo que o afronta.

APU apela à acção unitária

«No dia 2 de Abril de 1980 comemora-se o 4.º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa» afirma-se num comunicado da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido, a propósito das comemorações do 4.º aniversário da promulgação da Constituição. Prossegue o documento: «Este aniversário ocorre num momento em que a reacção desenvolve, agora também a partir do Governo e da sua escassa maioria parlamentar, uma ofensiva ambiciosa e global contra o regime democrático, as realidades criadas com o 25 de Abril e a Constituição democrática que os consagra. «Comemorar o aniversário da Constituição num ano em que a reacção trabalha intensamente para a sua destruição, como parte essencial da própria liquidação do regime democrático e do 25 de Abril, é defender o próprio direito do povo português a viver em liberdade e democracia e à construção de um futuro melhor. «A Aliança Povo Unido tem como objectivos, entre outros, lutar por uma política a nível local, regional e nacional conforme com a Constituição. «Por isso, a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU, na passagem de mais um aniversário da promulgação da Constituição que neste ano de 1980 assume especial significado, saúda a Lei Fundamental da República Portuguesa e apela para uma mais ampla acção unitária de todos os democratas, em defesa do regime democrático e das conquistas da Revolução de Abril que a Constituição consagra».

EM DEFESA DE ABRIL

Salários e contratação

A luta alastra pelo sector dos Serviços

- Êxito total nos metalúrgicos
- Paralisação na Função Pública
- Greve proposta nos bancários

A luta pela contratação colectiva alastra pelo amplo sector dos serviços. Direitos e interesses básicos de centenas de milhares de trabalhadores, defendidos numa frente sempre activa desde que os governos de recuperação capitalista se sucedem em São Bento, enfrentam actualmente uma ofensiva muito grave que reclama um reforço intensivo da unidade na acção em todos os locais de trabalho. A Função Pública anuncia uma paralisação para o dia 17. A par dos metalúrgicos, rodoviários, químicos, gráficos, ferroviários, têxteis, pescadores, portaria e vigilância alinham agora as lutas dos bancários, de sectores diversificados da Função Pública e do sector em geral, da actividade cinematográfica, da radiodifusão.

O assalto do Governo reaccionário, dos seus patrões e gestores, às necessidades inadiáveis das massas trabalhadoras, confrontadas com o aumento escandaloso do custo de vida, obriga à intensificação das formas de luta e leva a níveis de adesão espectaculares, como sucedeu recentemente na RN, nos metalúrgicos e noutras lutas por todo o País.

No caso da indústria metalúrgica, a paralisação de 5.ª feira foi acompanhada de concentrações em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal,

Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Ovar, S. João da Madeira, Águeda, Aveiro, Braga, Figueira da Foz, Viana do Castelo, Leiria e Viseu.

Coincidentes nos objectivos mais gerais com as grandes jornadas de luta em defesa da Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida, as paralisações e concentrações da semana passada e as que se anunciam são para além dos objectivos específicos a defender, formas superiores de solidariedade que unem todo o movimento operário, democrático e popular na

defesa dos alicerces mais seguros do regime democrático contra um Governo que pretende destruí-los.

Contrato para 280 mil

Onze associações patronais já receberam a proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho do sector têxtil. No prazo de 30 dias deverão ter início as negociações. A Federação sindical informa que o leque salarial oscilará entre os 9500 e os 21 200 escudos.

Em vigor desde 27 de Maio de 1979, o contrato agora em revisão abrange cerca de 280 mil trabalhadores com grande percentagem de operários com salários dos mais baixos do País. Segundo a Federação dos Sindicatos Têxteis, o sector atravessa um período de boa conjuntura reflectido, nomeadamente, por um aumento de 70 por cento das exportações entre 1978 e 1979.

Luta inevitável

Pressionados pelas tomadas de posição face ao

contrato por parte das próprias estruturas sindicais nas empresas e por grande número de trabalhadores, as direcções dos Sindicatos bancários prevêem uma paralisação de apoio às negociações do CCT.

A direcção sindical do Centro foi mandatada pelos trabalhadores para decretar uma greve de dois dias na primeira quinzena de Abril. Segundo informações da última segunda-feira, a decisão dos bancários do Centro deve-se à «atitude altamente negativa, intransigente e retrógrada» da CEC (comissão executiva da contratação), organismo governamental.

De acordo com a decisão dos bancários do Centro, a direcção sindical deve «promover um amplo esclarecimento da opinião pública acerca dos objectivos e da inevitabilidade da luta».

Nas regiões Norte e Sul, estavam programadas no princípio desta semana várias reuniões sindicais



No Porto, (na foto) como em Lisboa e noutras grandes cidades e vilas do País, os metalúrgicos acompanharam a paralisação com concentrações demonstrando firmeza e combatividade

relacionadas com a proposta de greve.

Químicos perante a ruptura

Na indústria química, a Federação sindical prevê uma paralisação de 24 horas para 9 e 10 do corrente, «de acordo com o sentido das decisões

dos plenários de empresa já realizados» até à última terça-feira.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacéutica de Portugal, após dez sessões de negociação do CCTV praticamente inúteis, responsabiliza o patronato

pela ruptura das negociações directas e acusa os representantes patronais de terem «o descaramento e a desfaçatez de oferecer aumentos ridículos de 17,5 por cento sobre os mínimos contratuais, ou seja, cerca de 4 por cento sobre os salários efectivamente praticados nas empresas».

As tabelas actuais já têm quase ano e meio e «o patronato pretende ainda reduzir direitos já consagrados na CCTV, designadamente o valor-hora de trabalho prestado em dias de descanso semanal e feriados e do trabalho extraordinário», revela a Federação.

A RN é sólida O Governo mente

Perante números exactos, nomeadamente os do relatório e contas do exercício de 1979 divulgados em conferência de imprensa na última segunda-feira, os órgãos representativos dos trabalhadores (ORT's) da Rodoviária Nacional, desmentem o Governo e desmascaram os objectivos da falsa «situação económica difícil» ao afirmarem que a evolução dos resultados líquidos daquele exercício (depois de amortizações, provisões e encargos financeiros) dá um saldo positivo de 16 mil contos, quantia muito diferente dos 842 mil contos de prejuízos com os quais a resolução do Conselho de Ministros pretendia enganar a população.

Com documentação abundante e precisa, os trabalhadores provam a falta de razões técnicas para a declaração da Rodoviária em «situação económica difícil», e negam, designadamente, «a existência de responsabilidades da empresa por financiamentos concedidos por instituições de crédito nacionais, cujo montante global atinja, pelo menos, 60 por cento do seu activo líquido de amortizações» - indício que o Decreto-Lei n.º 353-H/77 exige para que uma empresa possa ser declarada naquela «situação».

Os ORT's, com as contas na mão, provam que, no ano passado, o activo líquido da RN atingia 6885776 contos, enquanto que «os financiamentos bancários (englobando o empréstimo por obrigações emitido em 1978) atingem 1858 mil contos, ou seja apenas cerca de 27 por cento do valor global do activo líquido de amortizações».

Outro indício legal, segundo o mesmo Decreto, que não se verifica na RN para a tal «situação», é aquilo que a lei designa por «recurso a avales e subsídios do Estado não atribuíveis a compensação de custos sociais ou imposições de serviço público». Ninguém pode por em dúvida a natureza

social dos serviços prestados pela empresa e, além disso, os preços que cobra são fixados pelo Governo.

Outros indícios são ainda referidos pelos ORT's, desmentindo a sua existência na empresa, entre eles «o incumprimento, sobretudo quando reiterado, de obrigações para com o Estado, a Previdência Social ou o sistema bancário». O relatório e contas (página 102) nega precisamente a existência desse indício quando refere que a empresa pôde satisfazer em 1979 todos os compromissos decorrentes do seu giro, seja para com o Estado, a banca ou os fornecedores, não ultrapassando os prazos de pagamento que decorrem da lei ou que foram contratualmente estabelecidos.

As grandes confusões

Os ORT's denunciam e condenam a campanha orquestrada sistematicamente pelo Governo para «armar grandes confusões» a propósito de subsídios, de compensações à exploração, de indemnizações. Os trabalhadores consideram que é «intenção deliberada» do

Governo «esconder da opinião pública menos familiarizada com estas questões» os verdadeiros motivos da contribuição do Estado.

Os ORT's da RN esclarecem que o Estado se limita a pagar a diferença entre o custo real dos bilhetes e aquele que impõe à empresa que pratique. Estas indemnizações são o custo social que qualquer Estado do mundo suporta em relação aos transportes, na mesma medida e finalidade com que o faz no que diz respeito à saúde, educação, habitação, etc.

«Por outro lado - acrescentam os trabalhadores - será ainda conveniente realçar que o montante das compensações pagas à exploração têm vindo a diminuir acentuadamente face aos encargos totais (de 1977 para 1979 foi de cerca de 2 por cento); é significativamente inferior ao que é prática corrente nas empresas da especialidade europeias; é inferior em valor absoluto ao montante das compensações pagas a outras empresas do sector em Portugal, mesmo de menor dimensão, e é inferior em valores relativos - quaisquer que sejam os indicadores utilizados - aos montantes das compensações pagas a todas as restantes empresas do sector em Portugal».

Objectivos políticos estranhos à empresa

A resolução 91/80 do Conselho de Ministros, que declara a RN em «situação económica difícil» não visa aperfeiçoar a gestão, mas alcançar objectivos políticos estranhos à empresa, aos seus trabalhadores e aos utentes.



A luta é pela defesa da RN

Os elementos fornecidos pelo relatório e contas são concludentes e o mesmo sucede na área do pessoal onde, segundo um quadro que os ORT's divulgaram, os respectivos encargos têm vindo a diminuir «constituindo uma parcela cada vez mais pequena dos custos», apesar de em 1979 terem aumentado 13,6 por cento relativamente ao ano anterior, enquanto o custo de vida aumentava 23 por cento.

A resolução 91/80 faz ainda tábua rasa dos resultados das medidas propostas dos trabalhadores. Apesar dos boicotes da administração da empresa e do Governo, os serviços melhoraram e a produtividade cresceu. Os milhões de quilómetros percorridos aumentaram de 128 em 1977 para 148,2 em 1979. Os milhões de passageiros transportados passaram de 266 em 1977 para 319 em 1979. Em contrapartida, o número de motoristas e cobradores diminuiu de 6974 em 1977 para 6812 em 1979. E limitamo-nos apenas a um breve exemplo do esforço dos trabalhadores. Outros poderíamos citar e que foram divulgados pelos ORT's na conferência de imprensa, denotando o empenho na preservação dos postos de trabalho e no progresso da empresa nacionalizada.

Recusa frontal e firmeza na luta

Como é sabido, a declaração da RN em «situação económica difícil»

permite ao Governo e ao conselho de gerência suspender garantias contratuais, reduzir os salários até ao mínimo nacional, efectuar despedimentos e atacar o próprio património da empresa entregando a sua parte mais rentável ao capital privado.

Os trabalhadores da RN recusam frontalmente essas ameaças e lutam contra elas com decisão. As suas razões são sólidas, concretas e estão explicadas. Numa moção aprovada por unanimidade em plenário, a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos recorda que «a tabela salarial acordada em 15 de Janeiro findo ainda não foi publicada» e que o ministro e o secretário de Estado dos Transportes ameaçaram dar instruções «ao novo conselho de gerência para suspender algumas cláusulas do ACTV (Acordo Colectivo de Trabalho Vertical), o que significa a retirada de regalias e direitos aos trabalhadores».

As forma de luta levadas a cabo na RN tiveram pleno êxito. Os trabalhadores provaram que não aceitam as imposições do Governo Carneiro/Amaral. Mas as ameaças permanecem. Por isso, disposto a agravar, se necessário, as formas de luta, o plenário, fiel à vontade dos trabalhadores, deliberou:

- Exigir do Governo a revogação da declaração da Rodoviária Nacional em «situação económica difícil» por não existirem razões técnicas e económicas que a justifiquem como é imperativo legal;

- Exigir do Governo a publicação da tabela salarial acordada em 15 de Janeiro de 1980, a sua aplicação imediata, integral e correcta, o cumprimento do ACTV e a negociação imediata das diuturnidades;

- Declarar que, caso não haja resposta do Governo nem garantias de satisfação destas reivindicações a curto prazo, os sindicatos decidirão sobre as medidas a tomar, estando na firme disposição de agravarem as formas de luta até à satisfação das reivindicações;

- Manifestar a disposição dos trabalhadores da empresa em continuarem a lutar firmemente em defesa dos seus direitos e interesses alcançados, em defesa da Rodoviária Nacional como grande empresa nacionalizada, em defesa dos interesses da população e dos interesses económicos do País.

CGTP-IN convoca manifestações nacionais

● Novos salários mínimos a exigir desde 1 de Abril

Reunida no último sábado em plenário nacional de sindicatos, a CGTP-IN aprovou, com uma abstenção, mais uma iniciativa de vulto integrada nas lutas de massas e que se concretizará no próximo dia 19 em manifestações a nível nacional. Levando à prática as linhas de acção aprovadas no III Congresso, o plenário, entre outras decisões vitais para os trabalhadores, designadamente os novos salários mínimos, ratificou 5 novas adesões à Central que passa a integrar os seguintes Sindicatos: Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra, Operários das Indústrias de Madeiras do Distrito de Leiria, Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra, Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Faro e Trabalhadores do Comércio do Distrito de Coimbra.

Aberto a todos os sindicatos,

o plenário realizado na Voz do Operário, em Lisboa, de acordo com os novos quantitativos aprovados segundo o caderno reivindicativo saído do III Congresso, fixou em 9 000\$00 mensais o salário mínimo nacional, que os trabalhadores da indústria, comércio e serviços deverão exigir a partir de 1 do corrente.

Na mesma data e para o mesmo salário, os trabalhadores da agricultura e pescas deverão exigir 7 500\$00 e as empregadas domésticas 6 100\$00 mensais. No que respeita às pensões de reforma, exige-se: pensão mínima de 4 500\$00, aumento de 800\$00 para todas as pensões superiores a 3 600\$00 e inferiores a 12 500\$00 e aumento de 300\$00 para o complemento do cônjuge a cargo.

Uma actualização para 2 500\$00 deve ser exigida para as pensões do denominado regime

especial (rurais) social e de sobrevivência.

Quanto ao abono de família, o subsídio deve ser aumentado para 500\$00 por cada filho nos agregados familiares onde o rendimento per capita não atinja 60 por cento do salário mínimo nacional e aumentos mais reduzidos para rendimentos maiores.

O subsídio de desemprego deve abranger todos os que procuram novo ou primeiro emprego. Estes quando tenham família a seu cargo. No que toca a impostos, o plenário reivindicava, nomeadamente, no imposto complementar uma dedução de 48 mil escudos por filho com menos de 11 anos e de 8540 escudos com idade superior. Do imposto profissional devem ficar isentos todos os que auferem rendimentos inferiores a 126 contos anuais.

Vozes e nozes sobre autogestão

Houve jornais que deram recentemente relevo substancial (sobretudo o matutino oficioso) ao relatório de uma comissão interministerial (versão Mota Pinto) segundo o qual, em conclusão sintética, «a autogestão está à beira da falência», tendo falhado em Portugal «o processo autogestionário instituído desde 1974». Aqui também, são mais as vozes que as nozes e entre ambas se notam as suas diferenças. A quem estas aproveitam facilmente se verá, nomeadamente nas próximas semanas em que decorrerá a preparação do II Encontro Nacional das COOPIS/EAG.

Durante este mês, a Comissão Organizadora do II Encontro Nacional das Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços (COOPIS) e Empresas em Autogestão (EAG) vai efectuar reuniões com as unidades de base em todas as regiões do País para preparar aquele Encontro, marcado para 17 de Maio próximo, e aprofundar a discussão dos documentos a aprovar. Estes versam, entre outras questões, a actividade da Comissão criada em 19 de Maio do ano findo, no I Encontro Nacional das COOPIS/EAG, as reivindicações do sector, que constam de um caderno reivindicativo, e ainda problemas de organização e outros sobre as relações das COOPIS e EAG entre si e com mais ramos do sector cooperativo, movimento sindical e contactos internacionais.

O «criterioso estudo»

A actividade das COOPIS e EAG, com existência reconhecida na Constituição, é regulamentada pelas Leis 66/78 e 68/78 publicadas em Outubro de 1978. Só mais de quatro anos depois do aparecimento das empresas em autogestão é cooperativas é que surgem essas regulamentações, que os trabalhadores justamente consideram não corresponderem aos seus anseios. No entanto, embora mais, antes essas que

nenhuma, se da parte do Governo houvesse alguma vontade de cumprir-las. Mas em vez disso, quatro meses depois de publicadas, sem qualquer tentativa para as cumprir, o governo Mota Pinto nomeia uma «comissão interministerial para a análise da problemática das empresas em autogestão» (CIAPEIA) a fim de «proceder a um criterioso estudo do que se passa no País no sector empresarial autogestionário».

O objectivo número um da comissão era arranjar pretexto para entregar sumariamente essas empresas e cooperativas ao capital privado. Como o secretariado das COOPIS e EAG afirmou recentemente em conferência de imprensa, o «criterioso estudo» não merece qualquer crédito, pois procura desviar para o plano ideológico, com espírito sectário, questões muito concretas que se relacionam de perto com os direitos e interesses de cerca de 30 mil trabalhadores e com «uma das mais válidas experiências do Portugal de Abril, a autogestão» no interesse nacional.

Pelo que se sabe do relatório da comissão, a ideia mestra do «criterioso estudo» parte da falsa afirmação ideológica segundo a qual «a autogestão surgiu para realizar objectivos revolucionários que o povo português repudiou maioritariamente em eleições sucessivas». A partir deste paleo

reaccionário, bem conhecido, está a comissão autorizada a tudo e, fundamentalmente, a ignorar o que a Constituição dispõe sobre o sector cooperativo. Esquecendo o facto de as cooperativas e empresas em autogestão terem surgido «como solução para abandonos injustificados por parte das entidades patronais, para as sabotagens da economia das empresas, para as tentativas de falências fraudulentas, etc. etc.», como o secretariado frisou na conferência de imprensa, o «criterioso estudo» baseia a sua apreciação «catastrófica» da autogestão em inventários de 51 empresas e balanços de 42, quando o sector inclui 937 empresas, (não serão tantas) segundo o próprio relatório reconhecido.

E depois vêm «conclusões» como esta: «Na verdade, a ausência (justificada ou não) do comerciante ou dos administradores da sociedade seria fundamento de falência, mas não de aposseamento da empresa por apenas alguns dos credores (os trabalhadores)». E ameaças deste teor: «a tomada de posse e a assunção da gestão da maioria das 937 empresas pelos trabalhadores foram, em face da lei vigente (...) actos qualificáveis como ilícitos e eventualmente criminosos (esbultos, furtos, ou roubos, abusos de confiança, burlas, associações de malfeitores, etc.) É um código penal inteiro! Mas, se os trabalhadores resistiram até agora a todas as assaltos dos antigos patrões e a todos os boicotes dos sucessivos governos empenhados na recuperação capitalista, não vão ficar assustados com as ameaças do «criterioso estudo». Os problemas existem e não são poucos. Mas há capacidade para os resolver.



Nas ruas e na empresa o mesmo combate

—No Campo Pequeno—

Grandioso Comício assinala ponto de viragem em defesa da Reforma Agrária

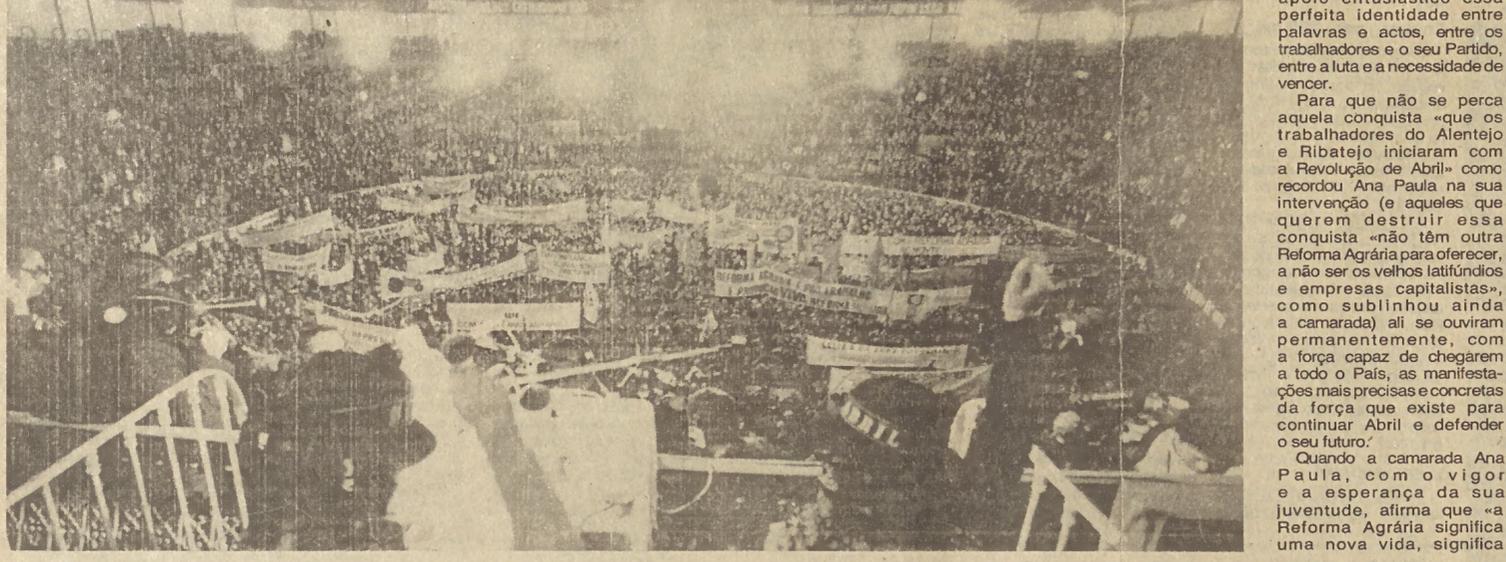
A noite de má cara não afastou ninguém. A vasta praça encheu-se rapidamente, ganhando o colorido, o entusiasmo, a emoção das lutas de massas, dos grandes dias do Partido e dos trabalhadores.

Todos viram que não era apenas mais um comício. Como todos os que o PCP realiza no Campo Pequeno, ou algures, determinavam-no razões fortes, justas, imediatas. E os trabalhadores acorreram em massa com a consciência de que «não há outra Reforma Agrária», como lembrou Ana Paula ao proferir o seu discurso. Com a consciência de que é esta Reforma Agrária e não outra qualquer que «põe fim para sempre ao latifúndio e entrega a terra àqueles que a trabalham».

E por isso os trabalhadores acorreram. De todos os cantos da grande Lisboa e mesmo de fora do distrito, erguidos com a firmeza, a justiça e a vontade de quem trabalha, panos, dísticos, cartazes marcaram encontro no grande recinto, trazendo ao coração da cidade, à frente de milhares de trabalhadores, a pulsação quente da solidariedade dos grandes aglomerados industriais, das zonas rurais do distrito para com os companheiros da Reforma Agrária.

A combatividade e a firmeza na luta eram uma corrente contínua entre o recinto e a tribuna, entre a tribuna e o recinto. As intervenções dos camaradas Álvaro Cunhal, Ana Paula de Carvalho, da UCP 25 de Abril e da comissão concelha de Montemor-o-Novo do PCP, Francisco Pereira, da JCP, Hipólito dos Santos, do CC e da DORL, que dirigiu o comício, e Rui Pedro, que leu a moção aclamada no final,

não foram escutadas friamente. As palavras justas e necessárias, a condenação pública da violência e das roubafeiras do MAP e do Governo, a exigência de lhes pôr cobro, a análise e as perspectivas da situação política, a urgência da unidade, designadamente de socialistas e comunistas, o balanço das grandes jornadas de luta de 25, 26 e 27 de Março findo, as saudações à CGTP-IN e aos trabalhadores solidários assinalaram sempre com apoio entusiástico essa perfeita identidade entre palavras e actos, entre os trabalhadores e o seu Partido, entre a luta e a necessidade de vencer.



Poucas palavras, muita emoção

Ana Paula

Porta-voz da luta e da verdade

Intervenção de Álvaro Cunhal

Camaradas: Estamos aqui hoje com um fim bem determinado: expressarmos, no quadro das grandes acções programadas para estes dias, a activa solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores da região de Lisboa para com a Reforma Agrária — a mais bela conquista da Revolução — que, frente aos furiosos ataques do Governo reaccionário e fascizante de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, resiste firmemente, com a solidez das causas justas, da vontade e da unidade do povo, do heroísmo daqueles que sabem que o futuro lhes pertence.

O grandioso movimento de solidariedade para com a Reforma Agrária ganha todo o País. A Reforma Agrária conta com o activo apoio da classe operária, das massas trabalhadoras, de todas as forças verdadeiramente democráticas e progressistas. A defesa firme da Reforma Agrária é a pedra de toque dos verdadeiros democratas.

A Reforma Agrária é uma frente central da batalha em curso em defesa das liberdades e do regime democrático.

A consolidação e continuação do regime é inseparável da consolidação e realização da Reforma Agrária.

Na zona da Reforma Agrária, os trabalhadores defendem as suas terras, justamente expropriadas aos agrários. Defendem os gados que criaram e as máquinas que compraram com o seu dinheiro. Defendem as searas que semearam com as suas mãos, com os seus recursos e com o seu suor. Defendem o emprego, o pão, o bem-estar dos seus familiares, o presente e o futuro dos seus filhos, assim como a economia nacional e o regime democrático.

A luta dos trabalhadores da Reforma Agrária desenvolve-se rigorosamente no quadro das instituições e do regime democrático. É uma luta justa contra o despotismo, o arbítrio, a ilegalidade e a violência do Governo reaccionário PPD/CDS.

É uma luta eminentemente nacional e patriótica. A Reforma Agrária é uma conquista histórica do nosso povo e parte integrante do regime democrático português.

Por muito acidentado que seja o caminho, a ofensiva reaccionária será contida e finalmente derrotada. Os trabalhadores recuperação as terras de que foram ilegalmente esbulhados. A Reforma Agrária deturpa a ofensiva e será totalmente realizada. Os latifúndios serão liquidados de uma vez para sempre e também de uma vez para sempre a terra será entregue a quem a trabalha.

Defender a Reforma Agrária tarefa essencial no momento presente

O que o Governo PPD/CDS está fazendo contra a Reforma Agrária é um verdadeiro crime contra o povo português e contra Portugal.

O Governo diz que está a aplicar a lei. Mas nem sequer a celerada Lei Barreto ele observa. Pode dizer-se que não há praticamente decisão ou acção do Governo que não viole a Constituição e a legalidade democrática.

O que caracteriza a acção do MAP é o arbítrio, o despotismo, a brutalidade, o vandalismo, o desrespeito pelos mais elementares direitos humanos.

A par das mais escandalosas e ilegais atribuições de reservas, sucedem-se os roubos de gado e de máquinas, a entrega aos agrários de frutos pendentes, de melhoramentos e benfeitorias que custaram aos trabalhadores milhares de contos, o arrombamento e saque de instalações e mesmo expulsão das habitações e a destruição dos mobiliários e haveres como foi o caso de Alvalade Sado, já hoje aqui citado pela camarada da Cooperativa 25 de Abril.

Sucedem-se as provocações, os insultos, os espancamentos e bastonadas que não poupam mulheres, nem velhos, nem crianças.

A acção do MAP na zona da Reforma Agrária é o fascismo à solta. O Governo mente quando afirma que a sua acção no Alentejo é a distribuição de terras aos pequenos agricultores. O mesmo foi dizer o fascista Casqueiro a Barcelos, região de pequena propriedade. Poderá talvez o Governo vir a distribuir demagogicamente algumas migalhas, como já fizeram os fascistas no tempo de Salazar.

Mas o que o Governo está realmente a fazer é a restaurar os latifúndios e o poder dos latifundiários. Há famílias de agrários que, pelas decisões do MAP, já têm hoje mais terras do que tinham antes da Reforma Agrária. São frequentes os casos em que os latifundiários possuem de novo 1000, 2000, 5000 e mesmo mais hectares de terra.

O objectivo do Governo está à vista: é a destruição da Reforma Agrária, é a liquidação das UCPs/Cooperativas, é a entrega da terra «a quem sempre a teve» (como se desposseu a dizer o secretário de Estado Coubeiro), é a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários, é o regresso aos campos do Alentejo e Ribatejo da situação existente antes do 25 de Abril, no tempo do fascismo: terras abandonadas, desemprego e miséria.

Uma tal acção significa que é o próprio Governo que se coloca à margem da lei, a começar pela Lei Fundamental da República Portuguesa que é a Constituição.

Ter uma maioria na Assembleia da República, pode dar legitimidade institucional para formar governo. Mas não dá qualquer legitimidade à violação da Constituição e à subversão social e política por esse governo.

O Governo enganou-se, porém, na perspectiva. Daí a sua surpresa e o seu nervosismo ante a grandiosa resistência popular à sua política.

Bastou que em Arraiolos tivéssemos denunciado as ilegalidades e brutalidades do Governo e indicado os direitos dos trabalhadores, para que se desencadeasse da parte do Governo, das forças reaccionárias, dos seus órgãos de comunicação social, um coro de insultos e ameaças, gritando que estamos fazendo apelos à desobediência e à insurreição, reclamando perseguições, tribunais, a aplicação de tal ou tal artigo do Código Penal, condenações, prisões e até a ilegalização do PCP.

Esta gente nem conhece o País, nem conhece o povo, nem conhece os comunistas.

Se em 48 anos de terror fascista, perseguindo, prendendo, torturando, condenando, assassinando, nunca a ditadura fascista conseguiu abafar a voz dos comunistas — que é a voz do povo, que é a voz da verdade — muito menos a conseguir abafar um Governo reaccionário e condenado à derrota no novo Portugal democrático regido por uma Constituição que esse mesmo Governo quer destruir, mas que o povo português sabrá defender.

O PCP sempre apoiou, continua a apoiar e apoiará activamente a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária. Não há forças capazes de nos desviarem deste caminho.

Dissemos e repetimos hoje aqui que as UCPs/Cooperativas têm pleno direito às suas terras ilegalmente atribuídas como reserva. Têm pleno direito a cultivá-las, a não deixar ao abandono as searas em desenvolvimento.

Dissemos em Arraiolos e repetimos hoje aqui que lutamos e lutaremos pela reposição dos legítimos direitos dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas aos gados, às máquinas, às searas, às instalações, às casas, e outros bens de que têm sido ilegalmente esbulhados.

Dissemos e repetimos hoje aqui que lutamos para que a Lei Barreto seja substituída por outra lei conforme com os princípios constitucionais.

Dissemos e repetimos que lutamos e lutaremos para que, sustida definitivamente a ofensiva contra-revolucionária, a Reforma Agrária retome o seu normal e histórico desenvolvimento até à liquidação total dos latifúndios e à entrega da terra a quem a trabalha.

A posição do PCP está conforme com a Constituição, com a legalidade democrática, com a justiça social, com os interesses do povo e do País.

Para roubar as terras às UCPs/Cooperativas, o Governo tem empregado centenas de GNRs armados, tem ordenado espancamentos e bastonadas a homens, mulheres e crianças.

Porque encontram na sua frente uma nova realidade e a luta corajosa, legítima, legal, das massas trabalhadoras, os governos inimigos da Reforma Agrária necessitam de 4 anos e do apoio de poderosos contingentes armados para roubar às UCPs/Cooperativas 200 000 hectares de terras.

Pois bem, no dia em que seja formado um governo democrático (e tal dia virá) e esse governo decida declarar nulas e reificar as decisões ilegais do MAP e reconhecer os direitos das UCPs/Cooperativas, os trabalhadores não precisarão mais do que 24 horas, nem precisarão de qualquer apoio militar, (nem de um só homem armado) para recuperarem as terras que legitimamente lhes pertencem.

O Governo fora-da-lei quer destruir o regime democrático

A situação política portuguesa no actual momento apresenta uma característica particular e original.

É o Governo que viola a Constituição, a legalidade democrática e a ordem democrática, e que desenvolve actividades subversivas e golpistas.

É a classe operária, são as massas trabalhadoras, é o movimento operário e popular que desenvolvem a sua actividade no quadro constitucional e que exigem que a Constituição e a legalidade democrática sejam rigorosamente respeitadas.

Quem altera a ordem democrática e procura conflitos, quem não só aproga mas pratica diariamente a violência mais brutal, quem cria ambiente de guerra civil, quem procura uma «confrontação institucional», são os partidos reaccionários e o seu Governo.

O Governo e as forças reaccionárias que o apoiam já não fazem segredo: o seu objectivo é destruir o regime democrático. O sr. Carlos Macedo, por exemplo, reclama a «mudança do regime político», a «ruptura com o actual quadro institucional e constitucional».

É o que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral está fazendo. Está na prática «rompendo» com o quadro institucional e constitucional, está violando a legalidade e a ordem democrática, está destruindo estruturas socio económicas que a Constituição explicitamente declara insusceptíveis de serem modificadas por uma revisão constitucional.

As forças reaccionárias continuassem no Governo e em maioria na Assembleia da República mesmo que (como é de esperar) percam centenas de milhares de votos.

Tercelra: rever inconstitucionalmente a Constituição, não respeitando nem limites materiais (art.º 290) nem limites formais (art. 286) da revisão, subvertendo assim e liquidando o regime democrático e instaurando uma nova ditadura.

A destruição das conquistas de Abril está em rápido andamento. Não é só a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária. É a ofensiva contra as nacionalizações, em violação flagrante da Constituição, com o levantamento da proibição da venda de empresas indirectamente nacionalizadas ou de parcelas de empresas nacionalizadas, com a permissão da criação de bancos e companhias de seguros privados, como trampolim para o renascimento do capital financeiro.

(Ainda a lei do Governo não está promulgada e já chegam a Lisboa representantes do banco americano Morgan Guaranty Trust, um dos três da MDM (Morgam-Deutsche-Mellos), e o sr. David Rockefeller, banqueiro do Chase Manhattan Bank a conferenciar com o Governo).

No seu ataque ao sector e empresas nacionalizadas, o Governo classifica algumas delas (RN, RDP e EP, Notícias/Capital) como «empresas em situação económica difícil».

No caso da RN, o Governo, para justificar a declaração em «situação económica difícil», tinha afirmado que a RN tinha um défice de 842 mil contos em 1979. Mas afinal, vê-se agora pelo relatório e contas que a RN teve realmente um lucro de 16 mil contos.

Confirma-se a falsidade dos fundamentos das decisões do Governo e os extremos a que levam o ódio às nacionalizações e a vontade de criar condições para entregar ao grande capital as empresas nacionalizadas.

Queremos uma vez mais declarar solenemente que a criação de bancos privados e a entrega aos capitalistas de empresas nacionalizadas são decisões inconstitucionalmente inconstitucionais. São nulas por natureza. Não podem ser reconhecidas. E, se acaso o Governo conseguir levá-las por diante, a situação constitucional terá que ser revista no dia em que se constituir um governo democrático. Lutamos para que, se, contra a Lei Fundamental da República, forem criados bancos privados, esses bancos sejam imediatamente nacionalizados sem indemnização e que voltem para o sector público quaisquer sectores ou empresas ilegalmente privatizadas.

A grande ofensiva que o Governo conduz contra Portugal de Abril, não é apenas contra a Reforma Agrária e as nacionalizações. É uma ofensiva geral.

É a limitação às liberdades democráticas com constantes intervenções das autoridades e a utilização de acções repressivas, de que são expoentes revoltantes as brutalidades contra os trabalhadores da Reforma Agrária e as cargas policiais na concentração de Lisboa do dia 22 de Março.

É o assalto ao aparelho do Estado com saneamentos de democratas e colocação em cargos-chave de fascistas e reaccionários.

É o assalto aos meios de comunicação social, com a prática da monopolição da informação estatizada pelos partidos do Governo, que estão transformando a TV, a Rádio, os jornais estatizados em instrumentos de desinformação, de intoxicação da opinião pública, de ódio ao 25 de Abril.

É ainda, como um dos aspectos centrais da ofensiva reaccionária, a restauração da exploração desenfreada dos tempos dos monopólios: a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, com a suspensão da contratação colectiva, a declaração de empresas em situação económica difícil, a intensificação dos despedimentos selectivos, o estabelecimento de tetos salariais inferiores à taxa de inflação, atingindo, particularmente, os trabalhadores das empresas nacionalizadas e os trabalhadores da função pública, aos quais se propõem mais 11% e 12% quando a inflação em 1979 ultrapassou os 24%.

O aumento galopante dos preços, a subida do custo de vida, e escassez de géneros como é agora o caso escandaloso da batata, representa um súbito agravamento da situação dos trabalhadores e da população em geral, com particular incidência para as camadas mais desfavorecidas, como os reformados e os deficientes.

O Governo prepara-se em alguns casos para anunciar uma baixa de preços. De que se trata? Sobre 10 escudos um artigo, desde depois 5 tostões no mesmo artigo e proclama uma política de baixa de preços. Trata-se de uma indigna manobra demagógica, que desde já é necessário desmascarar.

O Governo anuncia também a actualização de pensões, mas deixa de fora as pensões mais baixas nos seus actuais níveis de miséria.

E a par da política interna, também na política externa procura destruir a nova e dignificante presença de Portugal de Abril na arena internacional, o Governo PPD/CDS obedece servilmente às indicações de Carter e aos interesses do imperialismo norte-americano. Desencadeia um anti-sovietismo digno da CIA. Envienha vergonhosamente as relações com países socialistas e com novos Estados africanos de língua portuguesa em vez de actuar para a diversificação das relações externas (sem prejuízo das relações tradicionais de amizade) como condição da salvaguarda da independência nacional e de uma política de paz.

Com uma tal política, a situação económica nacional, desmentindo as promessas e a demagogia da chamada AD, continua a deteriorar-se.

A taxa do aumento do PIB ficará muito provavelmente no ancorente abaixo dos 3%. A inflação subirá a mais de 20%. O défice da balança comercial atingirá de 180 a 200 milhões de contos. O défice da balança pública ultrapassará 400 milhões. O endividamento externo atinge 350 milhões dos quais 135 milhões do Estado. O défice do OGE poderá atingir 150 milhões de contos.

É para uma tal política que os partidos reaccionários procuram destruir as instituições democráticas e ficarem no Governo através da subversão das regras democráticas e da transformação das próximas eleições numa mascarada própria dos tempos de Salazar e Caetano.

Quando a camarada Ana Paula, com o vigor e a esperança da sua juventude, afirma que «a Reforma Agrária significa uma nova vida, significa

que os partidos reaccionários continuassem no Governo e em maioria na Assembleia da República mesmo que (como é de esperar) percam centenas de milhares de votos.

Tercelra: rever inconstitucionalmente a Constituição, não respeitando nem limites materiais (art.º 290) nem limites formais (art. 286) da revisão, subvertendo assim e liquidando o regime democrático e instaurando uma nova ditadura.

A destruição das conquistas de Abril está em rápido andamento. Não é só a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária. É a ofensiva contra as nacionalizações, em violação flagrante da Constituição, com o levantamento da proibição da venda de empresas indirectamente nacionalizadas ou de parcelas de empresas nacionalizadas, com a permissão da criação de bancos e companhias de seguros privados, como trampolim para o renascimento do capital financeiro.

(Ainda a lei do Governo não está promulgada e já chegam a Lisboa representantes do banco americano Morgan Guaranty Trust, um dos três da MDM (Morgam-Deutsche-Mellos), e o sr. David Rockefeller, banqueiro do Chase Manhattan Bank a conferenciar com o Governo).

No seu ataque ao sector e empresas nacionalizadas, o Governo classifica algumas delas (RN, RDP e EP, Notícias/Capital) como «empresas em situação económica difícil».

No caso da RN, o Governo, para justificar a declaração em «situação económica difícil», tinha afirmado que a RN tinha um défice de 842 mil contos em 1979. Mas afinal, vê-se agora pelo relatório e contas que a RN teve realmente um lucro de 16 mil contos.

Confirma-se a falsidade dos fundamentos das decisões do Governo e os extremos a que levam o ódio às nacionalizações e a vontade de criar condições para entregar ao grande capital as empresas nacionalizadas.

Queremos uma vez mais declarar solenemente que a criação de bancos privados e a entrega aos capitalistas de empresas nacionalizadas são decisões inconstitucionalmente inconstitucionais. São nulas por natureza. Não podem ser reconhecidas. E, se acaso o Governo conseguir levá-las por diante, a situação constitucional terá que ser revista no dia em que se constituir um governo democrático. Lutamos para que, se, contra a Lei Fundamental da República, forem criados bancos privados, esses bancos sejam imediatamente nacionalizados sem indemnização e que voltem para o sector público quaisquer sectores ou empresas ilegalmente privatizadas.

A grande ofensiva que o Governo conduz contra Portugal de Abril, não é apenas contra a Reforma Agrária e as nacionalizações. É uma ofensiva geral.

É a limitação às liberdades democráticas com constantes intervenções das autoridades e a utilização de acções repressivas, de que são expoentes revoltantes as brutalidades contra os trabalhadores da Reforma Agrária e as cargas policiais na concentração de Lisboa do dia 22 de Março.

É o assalto ao aparelho do Estado com saneamentos de democratas e colocação em cargos-chave de fascistas e reaccionários.

É o assalto aos meios de comunicação social, com a prática da monopolição da informação estatizada pelos partidos do Governo, que estão transformando a TV, a Rádio, os jornais estatizados em instrumentos de desinformação, de intoxicação da opinião pública, de ódio ao 25 de Abril.

É ainda, como um dos aspectos centrais da ofensiva reaccionária, a restauração da exploração desenfreada dos tempos dos monopólios: a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, com a suspensão da contratação colectiva, a declaração de empresas em situação económica difícil, a intensificação dos despedimentos selectivos, o estabelecimento de tetos salariais inferiores à taxa de inflação, atingindo, particularmente, os trabalhadores das empresas nacionalizadas e os trabalhadores da função pública, aos quais se propõem mais 11% e 12% quando a inflação em 1979 ultrapassou os 24%.

O aumento galopante dos preços, a subida do custo de vida, e escassez de géneros como é agora o caso escandaloso da batata, representa um súbito agravamento da situação dos trabalhadores e da população em geral, com particular incidência para as camadas mais desfavorecidas, como os reformados e os deficientes.

O Governo prepara-se em alguns casos para anunciar uma baixa de preços. De que se trata? Sobre 10 escudos um artigo, desde depois 5 tostões no mesmo artigo e proclama uma política de baixa de preços. Trata-se de uma indigna manobra demagógica, que desde já é necessário desmascarar.

O Governo anuncia também a actualização de pensões, mas deixa de fora as pensões mais baixas nos seus actuais níveis de miséria.

E a par da política interna, também na política externa procura destruir a nova e dignificante presença de Portugal de Abril na arena internacional, o Governo PPD/CDS obedece servilmente às indicações de Carter e aos interesses do imperialismo norte-americano. Desencadeia um anti-sovietismo digno da CIA. Envienha vergonhosamente as relações com países socialistas e com novos Estados africanos de língua portuguesa em vez de actuar para a diversificação das relações externas (sem prejuízo das relações tradicionais de amizade) como condição da salvaguarda da independência nacional e de uma política de paz.

Com uma tal política, a situação económica nacional, desmentindo as promessas e a demagogia da chamada AD, continua a deteriorar-se.

A taxa do aumento do PIB ficará muito provavelmente no ancorente abaixo dos 3%. A inflação subirá a mais de 20%. O défice da balança comercial atingirá de 180 a 200 milhões de contos. O défice da balança pública ultrapassará 400 milhões. O endividamento externo atinge 350 milhões dos quais 135 milhões do Estado. O défice do OGE poderá atingir 150 milhões de contos.

Desestabilização golpista-estratégia PPD/CDS

Toda a política do Governo e das forças reaccionárias que o apoia é na sua essência e seus objectivos uma política desestabilizadora e golpista.

As forças reaccionárias sabem bem que, se a vida democrática decorre normalmente no quadro das instituições, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não irá além das próximas eleições.

Por isso, as forças reaccionárias fazem um frenético esforço para desestabilizar a situação política, a situação económica, a situação social e a situação militar, de forma a tentarem uma vez mais conduzir o país a um impasse propício a um pronunciamento ou a um golpe militar de direita.

Desde o 25 de Abril, a vida tem mostrado que sempre que a reacção se prepara, a esquerda de preparar um golpe é porque ela, a reacção, o prepara.

Por isso, quando há poucos dias, os meios governamentais e a imprensa reaccionária lançaram a atoarda dum pronunciamento, estavam preparando militares do Conselho da Revolução, essa atoarda teve o mérito de revelar que a reacção encara, no seu plano de desestabilização e de liquidação do regime democrático, um eventual pronunciamento contra-revolucionário.

As pressões e chantagens que diariamente são exercidas contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, têm o significado de um ultimato permanente: ou essas forças reaccionárias se submetem aos partidos reaccionários e dão o seu aval a decisões, a iniciativas inconstitucionais para liquidar o regime, ou então (confronto com as forças reaccionárias entrarão em confronto com a reacção procurando abatê-los.

Os partidos reaccionários desenvolvem uma intensa campanha de acção envolvente para imobilizar, paralisar, impedir a intervenção e eventualmente levar à demissão desses órgãos de soberania.

É necessário estar extremamente vigilante em relação às manobras e golpistas desestabilizadoras que o Governo e as forças reaccionárias estão desenvolvendo no momento presente e intensificando nos meses próximos.

Através de constantes manobras e golpistas, a reacção procura a ideia de que é ela que tem a força e a iniciativa e conduz a vida política nacional.

Mas serão as manobras e golpistas desestabilizadoras que o Governo e as forças reaccionárias estão a preparar.

Não, O PPD e o CDS não estão cheios de confiança. Do que eles estão cheios é de medo.

Medo de que o Governo não chegue sequer às eleições e isto é tão impossível como parece a alguns. Medo de que não possam ir ao País uma nova lei eleitoral inconstitucional e antidemocrática que garanta continuar tendo uma maioria na Assembleia da República mesmo que o número dos seus eleitores caia verticalmente. Medo de que o projecto de lei de revisão da Constituição de 1976 não passe à moda salazarista. Medo, de chegarem às eleições, serem derrotados e ficarem em minoria e serem corridos do Governo, se o não forem antes.

O recente lançamento (pelo próprio Sá Carneiro, segundo o «Expresso») da ideia de eleições presidenciais antecipadas (para o mês de Julho, três meses antes das eleições para a Assembleia da República)

que dizem e confundem políticos e jornalistas de direita, é de esperar que, com esse projecto e com uma lei de cidadania, o Governo procure reforçar substancialmente o número de deputados da Assembleia da República através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

O carácter de desestabilização e de golpe que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura instituir através de um vergonhoso processo de manipulação e chapoteamento procure institucionalizar as chapeladas nos asilos e hospitais, sob o pretexto de facilitar humanitariamente o voto dos incapacitados, para alargar o voto por correspondência, procure pôr em causa o princípio de proporcionalidade, talvez com nova divisão dos círculos eleitorais.

Lutamos e lutaremos para que tal adulteração das normas democráticas não passe e confiamos em que não passará.

Calto na luta de massas

Palavras

fala ao «Avante!»

O quente sentimento de fraternidade, que acompanhou do princípio ao fim as palavras que a camarada Ana Paula proferiu no Campo Pequeno, deixou-a naturalmente comovida. E foi desse primeiro sentimento que deu conta ao «Avante!» quando lhe pedimos uma opinião sobre o comício. Foi, pois do calor humano e da solidariedade total que nos falou, em poucas palavras, ao terminar a sua intervenção. Representando ali tantos companheiros de luta por esse Alentejo fora, a camarada disse-nos como se sentira profundamente o apoio manifestado por tantos milhares de camaradas

e amigos ali juntos naquela praça que ela via pela primeira vez. A grandiosidade do comício, as ovações, os gritos solidários, as palavras de ordem, a recusa indignada da política do MAP e do Governo, a identificação bem clara e concreta com os meios e os objectivos da luta pela Reforma Agrária foram para a camarada Ana Paula outras tantas reafirmações da certeza de que os trabalhadores alentejanos estão bem acompanhados e levarão a bom termo — como ali lembrou — esta luta nacional, pois defender a Reforma Agrária é defender o País e as esperanças do seu povo.



Marinha Mercante, da Pesca de Arrasto Costeira, da Pesca do Bacalhau e da Pesca da Sardinha, dos Transportes Colectivos do Porto, da ANA-EP, da Panificação, dos Cabos Ávila, da Portucel, da Petroquímica, das garagens e combustíveis, do sector do bruto ponto, dos técnicos paramédicos, da RDP, da Comunicação Social, de alguns sectores da Função Pública e outros.

Saudamos os trabalhadores pelas importantes vitórias que alcançaram conseguindo desbloquear o congelamento e que fossem publicadas as convenções colectivas.

Saudamos os trabalhadores pelas grandes concentrações, manifestações, plenários e muitas outras formas de luta de massas. Saudamos, pelas lutas em curso, os trabalhadores metalúrgicos, os têxteis, os químicos, os trabalhadores da siderurgia, da celulose, da cartongem, da hotelaria, dos curtumes, e ainda os resineros, os bancários, os ajudantes de farmácia, os trabalhadores da base das Lajes e muitos outros.

Também a luta ao nível das empresas, particularmente contra os despedimentos, adquire enorme extensão.

Daquei saudamos os trabalhadores de cerca de 500 empresas que de Janeiro até agora levaram a cabo sérias lutas entre as quais greves em 192 empresas.

Daquei expressamos a nossa inteira solidariedade aos trabalhadores da Plessey, da Standard, da ECA, da Textil Manuel Henriques, do Hotel Altis e de muitas outras empresas, onde o patronato, com o apoio do Governo, propõe o despedimento de milhares de trabalhadores.

Também a luta contra o agravamento do custo de vida atinge extraordinária extensão com concentrações e comícios em numerosas cidades e vilas.

Daquei saudamos os promotores dessas acções e em particular as organizações sindicais e as organizações unitárias de mulheres, pelo magnífico trabalho desenvolvido.

Há que destacar justamente e pôr em primeiro plano a luta heroica dos trabalhadores da Reforma Agrária que, dia atrás dia, fazem frente aos firmes e cabeça levantada, às acções brutais do Governo apoiado na GNR.

A luta dos trabalhadores da Reforma Agrária, em constantes e grandiosas concentrações, manifestações, acções de resistência às ilegalidades do Governo, constituem um exemplo exaltante de consciência de classe, de compreensão política, de valentia e heroísmo.

Nós daqui saudamos os trabalhadores da Reforma Agrária, homens, mulheres e jovens assegurando-lhes o apoio activo dos comunistas e dos trabalhadores das restantes regiões do País.

As provocações contra a Reforma Agrária são constantes e perigosas. Elas exigem grande vigilância e grande serenidade.

E não apenas para com as provocações da direita. É necessário estar também vigilante para com certos políticos que, usando frases ultra-revolucionárias no fim de contas fazem o jogo da reacção.

Quando Otelo S. de Carvalho vai ao Alentejo e, de mistura com ataques ao PCP, faz apelos à luta armada, a quem servem tais apelos?

Não faz ele o jogo da reacção que, acusando já hoje os trabalhadores alentejanos de acções armadas e de preparar a insurreição, pretende criar pretextos para o emprego ainda mais violento de forças militares contra os trabalhadores?

Em vez de agora, que não tem qualquer poder militar, vir apregoar a luta armada aos trabalhadores, ao mesmo tempo que insulta os comunistas, em vez de ter sistematicamente cavado divisões no MFA que conduziram o movimento dos capitães à dissolução e ao desaparecimento, melhor teria sido que, quando dispunha das poderosas forças do COPCON sob seu comando, as tivesse utilizado para defender a Revolução.

O que caracteriza os verdadeiros revolucionários não é o palavreado ultra-revolucionário irresponsável mas a acção concreta em situações concretas.

A Reforma Agrária está a ser defendida heroicamente pelos trabalhadores com o apoio de um grandioso movimento de solidariedade e não por vebulistas pseudo-revolucionários.

O movimento de solidariedade com a Reforma Agrária adquiriu grandiosa importância em praticamente todos os distritos.

Fazendo um balanço ainda muito incompleto e provisório, mais de 80 sindicatos, assim como Uniões e Federações Sindicais, promoveram de Norte a Sul centenas de paralisações. Na cintura industrial de Lisboa tiveram lugar paralisações em mais de 120 empresas, com uma participação de cerca de 90 000 trabalhadores. Nas concentrações e manifestações (não contando Porto e Santarém, cujos dados não conhecemos ainda) participaram cerca de 120 000 pessoas. Conhece-se já a realização de cerca de 500 plenários, com a presença de dezenas de milhares de trabalhadores. A propaganda difundida atingiu muitas centenas de milhares de unidades.

Estas acções de solidariedade mostram bem a consciência do que representa a Reforma Agrária para o povo português, para Portugal democrático.

A Reforma Agrária não é apenas a causa dos trabalhadores da Reforma Agrária. É a causa de todos os trabalhadores. É a causa de todos os democratas. É a causa do Portugal de Abril. Essa causa vencerá.

O Governo está surpreso pela extensão da resistência e da luta popular. Está surpreso pela elevada consciência política, cívica e patriótica dos trabalhadores. Está surpreso pela exaltante unidade dos trabalhadores.

Para aachinalhar o profundo significado do gigantesco movimento de massas agora em curso os reacçãoários explicam esse facto com uma pretensa «lavagem ao cérebro» que o PCP teria feito aos trabalhadores.

Os trabalhadores têm alta consciência da situação nacional, da política do Governo, da importância decisiva da Reforma Agrária na vida do povo, do País, do regime democrático.

O que esclareceu os trabalhadores, e lhes «lavou o cérebro», foi a própria vida, a verificação na própria carne, da exploração dos agrários e da violência reacçãoária.

O que esclareceu os trabalhadores e lhes «lavou o cérebro» foi o resultado do próprio trabalho nas UCPs/Cooperativas e o melhoramento do bem-estar das suas famílias e dos seus filhos que a Reforma Agrária lhes trouxe. O que esclareceu os trabalhadores e lhes «lavou o cérebro», foi a acção constante, dedicada, incansável, sempre com os trabalhadores e com a sua justa causa e com a sua justa luta, do Partido Comunista Português.

«Lavagem ao cérebro» procuram dar os órgãos de comunicação social (TV, Rádio, Jornais, Revistas, etc.) controlados pelo PPD e CDS, que lançam as maiores mentiras, o pior veneno ideológico, as calúnias mais vis.

Mas não conseguem, nem conseguirão enganar as massas trabalhadoras nem impedir o impetuoso desenvolvimento da sua luta.

A classe operária e as massas populares representam um papel determinante na evolução da situação política nacional.

O movimento operário e popular conta com uma poderosa e gloriosa organização sindical — a CGTP-IN, cuja recente III Congresso, com a participação de 1112 delegados, representando 256 sindicatos com mais de 1 milhão e 600 mil trabalhadores, foi uma nova afirmação da unidade dos trabalhadores e de que as operações divisionistas, apesar dos milhões vindos do estrangeiro que as alimentam e apesar do apoio de governos e partidos, sofreram rotundo fracasso.

O movimento operário e popular conta com a firme e sólida organização das Comissões de Trabalhadores das empresas, cuja actividade, formação democrática e ligação às massas há que manter e reforçar.

Conta com fortes movimentos dos pequenos e médios agricultores, em plena expansão, de que foi valioso índice a realização recente do grande Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, realizado em Coimbra no dia 23, em que participaram delegações de 459 organizações, num total de 1200 delegados e mais de 6000 convidados.

Conta com uma forte corrente progressista dos Intelectuais portugueses.

Conta com a participação crescente das organizações e movimentos de pequenos e médios comerciantes e industriais com fortes movimentos de reformados e deficientes.

Conta com movimentos e organizações da Juventude, que representam um papel de capital importância na luta presente e futura do nosso povo e que aqui saudamos fraternalmente pelo Dia Nacional da Juventude que hoje se comemora, em lembrança de um acampamento de jovens que há precisamente 33 anos foi cercado pela PIDE sendo presos os participantes, pelo simples facto de quererem conviver e confraternizar.

Conta com a participação organizada das mulheres, sempre nas primeiras filas da luta, dando em toda a parte exemplos de combatividade e iniciativa, dispostas de fortes movimentos unitários organizados.

E conta com um partido revolucionário, inteiramente ao serviço do povo e da pátria. Um partido que se bate e baterá incansavelmente, quaisquer que sejam as circunstâncias, em defesa dos interesses do povo, das conquistas de Abril, das liberdades e da democracia. Um partido que tem tão profundas raízes na classe operária e nas massas populares que resiste a todas as tempestades e sai delas constantemente reforçado e capacitado para novas batalhas. Um partido que cada vez é mais largamente reconhecido como o partido necessário, insubstituível e indispensável à defesa, consolidação e continuação do regime democrático. Um partido que cada vez mais justifica o seu título de partido da verdade, da esperança e do futuro — o Partido Comunista Português.

No quadro das Instituições e no uso das liberdades e direitos que o regime concede aos cidadãos, o movimento operário e popular conhecerá novos desenvolvimentos, seguirá para a frente, derrotará a reacção, assegurará a defesa do Portugal de Abril.

Atirar abaixo o Governo ganhar as próximas eleições

A grande e decisiva batalha política que o movimento operário e popular e as forças democráticas travam no actual momento, em defesa do regime democrático, além da resistência firme à ofensiva contra-revolucionária em todas as frentes em que ela se desenvolve, tem dois objectivos maiores: atirar abaixo o Governo e ganhar as próximas eleições.

O deputado PPD Pedro Roseta disse hoje na Assembleia da República que, em virtude do resultado das eleições de 2 de Dezembro, o Governo recebeu um mandato até às próximas eleições. Isto é puro disparate. Segundo a Constituição não há governos de legislatura, e um Primeiro-Ministro e um governo podem ir abaixo de muitas e variadas formas.

É, porém, significativo que o sr. Roseta venha teorizar tentando demonstrar que o Governo tem o direito de governar até às eleições. Se a reacção sente necessidade de inventar argumentos para justificar que o seu Governo fique até às eleições é porque está com recelo que caia antes.

É isso possível? Sim, é possível. Primeiro porque o povo português se levanta poderosamente contra uma política de ilegalidades, de destruição, de violência, de sacrifício dos interesses da população portuguesa em benefício exclusivo do grande capital, dos grandes proprietários, da camada de especuladores e parasitas do imperialismo estrangeiro.

Segundo, porque o Governo não está resolvendo nenhum dos problemas nacionais, antes os está agravando a todos.

Terceiro, porque o Governo PPD/CDS se desacreditou em pouco tempo perante os seus próprios eleitores havendo milhares e milhares de portugueses e portuguesas que votaram na Aliança Reacçãoária e que hoje se manifestam desesperados e arrependidos. O Governo tem cada vez menos apólos e o seu isolamento aumentará na medida em que continua a governar.

Um Governo fora da lei!

«É o Governo que está fora da lei; são os trabalhadores que defendem a legalidade da Constituição», afirma a moção aclamada no final do comício da última sexta-feira no Campo Pequeno. «Acusamos o MAP de constante violação das leis, das decisões dos tribunais e da Constituição», acrescenta o documento exigindo a «demissão imediata dos responsáveis» por aquele Ministério, Cardoso e Cunha e João Goulão.

Repleta de acusações concretas, que detalhadamente têm sido apontadas aqui no «Avante!» e noutros órgãos de imprensa, a moção responsabiliza nomeadamente o MAP pela destruição deliberada de UCPs/Cooperativas e por ter vindo a restaurar «uma situação caracterizada por terras abandonadas e desemprego», lesando «gravemente a produção agrícola e pecuária e a economia nacional».

Depois de saudar os heróicos obreiros da Reforma Agrária, a moção caracteriza o comício como uma das formas de solidariedade integrada nas lutas de massas contra a repressão e a política terrorista do Governo Carneiro/Amaral nos campos do Alentejo e Ribatejo e denuncia «o MAP como um verdadeiro inimigo da CAP, cuja prática diária é a corrupção e o esbanjamento dos

dinheiros públicos, o compadrio, a intimidação e saneamento dos poucos funcionários honestos que lá restam».

O total apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária, enaltecendo o seu verdadeiro patriotismo na luta contra o regresso ao passado de exploração, fome e desemprego, é sublinhado na moção, a par da mais calorosa solidariedade nessa luta.

Longamente aplaudido e saudado por várias palavras de ordem contra o Governo da Aliança reacçãoária, pelos milhares de trabalhadores presentes no Campo Pequeno, o documento, lido por Rui Pedro da tribuna do comício, exige:

- O fim rápido da ofensiva e a retirada da GNR das reservas;
- a imediata suspensão da lei Barreto e a sua posterior revogação;
- o pagamento pelo Estado dos milhões de contos que deve aos trabalhadores;
- o respeito pela integridade e autonomia das UCPs/Cooperativas e devolução aos trabalhadores das terras, gados, máquinas, instalações e outros bens que lhes foram ilegalmente usurpados.

- a demissão imediata dos responsáveis do MAP, Cardoso e Cunha e João Goulão.

Também Mota Pinto julgava estar seguro como uma rocha. E caiu. Corresponde não só a uma justa reclamação, mas a uma possibilidade real e a exigência que cresce e se expressou no grido ouvido de Norte a Sul do País nas poderosas acções de massas das últimas semanas: «A luta continua, Sá Carneiro para a rua!».

O segundo grande objectivo e que domina a vida política nacional nos próximos meses, são as eleições para a Assembleia da República que devem ter lugar em fins de Setembro ou princípios de Outubro.

Todas as forças democráticas, todo o povo português, devem ter uma ideia exacta do que poderão significar essas eleições para o futuro da vida nacional.

Para continuarmos vivendo em liberdade, para continuarmos vivendo num país democrático, é primeira e essencial condição derrotar os partidos reacçãoários nas eleições, colocá-los novamente em minoria na Assembleia da República.

Para isso, têm de travar-se desde já sérias batalhas para que as eleições se realizem em condições democráticas, para que não haja alterações à lei eleitoral, conforme pretende a reacção.

Realizando-se as eleições em condições democráticas, existem as condições básicas para derrotar a Aliança Reacçãoária.

A derrota da reacção contribuirá em grande para uma alternativa democrática, mas só por si não constitui uma alternativa democrática.

Reduzindo novamente as forças reacçãoárias a uma minoria na Assembleia da República, o problema político que se colocará então é a formação de um governo democrático. E para a formação de um governo democrático terá de haver um acordo dos partidos democráticos maioritários, ou pelo menos o apoio convergente dos partidos democráticos para darem na Assembleia apoio a um governo.

O PS difunde a ilusão de que o pondo à chamada AD uma chamada «Frente do Progresso» poderá esta derrota à AD nas eleições e constituir só por si uma alternativa.

É uma ilusão que pode conduzir o PS a nova derrota eleitoral.

A divisão das forças democráticas, face a forças reacçãoárias unidas, coloca as primeiras no plano eleitoral e com o sistema eleitoral existente numa posição de inferioridade.

Na actual correlação das forças políticas, uma alternativa democrática, com um apoio maioritário na Assembleia da República, exige (como o PCP insiste) o entendimento entre os principais partidos democráticos, designadamente PCP e PS.

Quaisquer iniciativas que tendam a dividir as forças democráticas servem objectivamente os partidos reacçãoários e dão-lhes maiores possibilidades de êxito.

A concorrência de Otelo S. de Carvalho e da FUP às eleições legislativas têm como finalidade fundamental, procurar travar o progresso da APU, o progresso do PCP.

Não é por acaso que a Comissão Nacional do PS (que fixou como um dos objectivos do PS nas próximas eleições «travar o crescimento da APU») tenha Otelo S. de Carvalho como colunista do «Portugal Hoje».

E também não é por acaso que toda a imprensa reacçãoária, ao mesmo tempo que desenvolve uma campanha furiosa contra o PCP, tece elogios a Otelo S. de Carvalho.

Aliás, alguns dirigentes dos partidos da direita não têm papas na língua. Segundo dizem, a concorrência de Otelo S. de Carvalho poderá ter o mérito de travar o progresso do PCP.

As forças reacçãoárias sabem perfeitíssimamente que o PCP é a força política que constitui o principal obstáculo à realização do seu plano de liquidação do regime democrático.

Sabem perfeitíssimamente que um novo reforço da APU nas próximas eleições e um novo aumento do número dos deputados do PCP é um factor capital para tornar possível a formação de um governo democrático.

Por isso estimulam e apoiam tudo aquilo que possa dificultar o progresso da APU, o progresso do PCP.

Nas últimas eleições, os agrupamentos esquerdistas, agora conluídos na FUP com Otelo S. de Carvalho tiveram algumas dezenas de milhares de votos que foram votos perdidos, pois ao todo elegeram um só deputado. Em alguns casos, esses votos poderiam ter permitido a eleição de mais um deputado da APU. Perdidos em candidatos esquerdistas sem perspectivas de serem eleitos, permitiam a eleição de mais deputados da direita.

A concentração do máximo de votos democráticos na APU é a única forma de conseguir bater a reacção nas próximas eleições e abrir caminho para a formação de um governo democrático.

Estamos aqui hoje neste comício, para expressarmos a nossa activa solidariedade para com a Reforma Agrária.

Esta nossa acção junta-se a muitas outras que por todo o País se realizaram nas magníficas jornadas de apoio e solidariedade para com a mais bela conquista da Revolução.

A Reforma Agrária será defendida. A Reforma Agrária vencerá.

Tal como os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária defendem heroicamente as suas terras, os seus gados, as suas máquinas, as suas searas, o seu emprego e o seu pão, o seu futuro e o futuro dos seus filhos, temos todos de nos bater em todos os sectores da vida nacional e em todo o País, palmo a palmo, péssimo bem firmes na terra, vontade e confiança inquebrantáveis em defesa dos interesses vitais do povo português, em defesa de todas as conquistas da Revolução, em defesa do futuro democrático e livre de Portugal.

Não cantem apressadamente vitória os partidos reacçãoários. O povo é quem mais ordena. O povo acabará por ordenar que o Governo reacçãoário vá para a rua e que se forme um governo democrático que sirva o povo e o País.

A reacção será derrotada. Portugal de Abril continuará.

Viva a unidade dos trabalhadores e a unidade dos democratas!

Viva a Reforma Agrária!

Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!

Os Comunistas na Assembleia da República

Os direitos do homem e os homens da direita

Não tem sido em paz que a direita tem vivido os trabalhos parlamentares. Primeiro porque, como de resto lhe tem sido lembrado, preferiria a retórica soturna da Assembleia Nacional, preferiria ser a ratificadora das decisões do Governo e, apesar de a direita se encontrar em maioria (ainda que escassa), a oposição não deixa sem luta e esclarecimento concretizarem-se os projectos deste executivo. Depois porque, nos períodos de antes da Ordem do Dia ou em declarações de voto, a oposição lembra que as lutas que no hemiciclo se travam são a representação política de uma luta muito mais vasta e variada em que se empenha o povo, todos os democratas que, em número, são na realidade a maioria do País. A Assembleia é um inóculo para a direita.

Os últimos dias antes das férias da Páscoa — os trabalhos recomençam no próximo dia 8 com as comemorações do aniversário da promulgação da Constituição — foram marcados pela declaração política de Carlos Brito, que fez um balanço das lutas no Alentejo em defesa da Reforma Agrária e da solidariedade que, a nível do País, foi demonstrada em grandes concentrações, manifestações e paralisações.

Já vergastados pela intervenção do socialista Jorge Sampaio, os deputados da maioria governamental não esconderam o seu despeto e deram mostras de se prepararem para outra cena triste em que as estrelas vivam a ser, de novo, Sousa Tavares e Ferreira do Amaral.

A Ordem do Dia veio, porém, a impôr-se. Com a abstenção do PS, do PCP e do MDP foi concedida a urgência à Proposta de Lei 297/1 — permitindo que em determinadas circunstâncias sejam isentos de impostos os rendimentos do trabalho pagos ou atribuídos a técnicos, cientistas e outras entidades estrangeiras em missão em Portugal. Pelo PS, através do deputado José Leitão, foi apresentado um projecto de lei de apoio à criação de novos postos de trabalho. Foram lidas as declarações de voto sobre o Código de Defesa da Floresta contra Incêndios, projecto da autoria dos comunistas que a maioria reaccionária rejeitou. Procedeu-se, finalmente à ratificação do Decreto-Lei 537/79 que aprova o Código do Processo de Trabalho. A ratificação, concedida por unanimidade fez baixar o diploma às comissões respectivas para alteração. Na declaração de voto, o deputado comunista Jerónimo de Sousa, depois de referir as fortes reservas e críticas que o Código apresenta, sublinhou que o grupo parlamentar do PCP apresentará um vasto conjunto de propostas de alteração, eliminando e adiantando que considerou um valioso contributo à obtenção de um código adequado à evolução do

direito material do trabalho. São propostas que, naturalmente — disse —, pomos à discussão pública e à discussão dos restantes grupos parlamentares admitindo que dessa discussão possa resultar um trabalho útil.

Os massacres não existiram

O último dia de trabalhos antes da Páscoa abriu com uma curiosa intervenção de Pedro Roseta. Quis ele fazer um balanço: verificou que a total solidariedade política entre o Governo e a maioria desta Assembleia foi um importante passo em frente em ordem não só à estabilidade governativa mas também à solidariedade institucional entre os órgãos de soberania (!).

Passando sobre as estafadas acusações contra os comunistas em particular e a oposição em geral, a intervenção de Pedro Roseta teve o mérito de apontar, afinal, a completa subserviência da maioria, que no Parlamento é apenas apoio ao Governo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Subserviência que serve muitas vezes de desculpa. Por exemplo:

Num dos momentos quentes da passada sexta-feira, o deputado do PPD, António Maria Pereira, em violenta berraria contra o voto apresentado pelo PCP que comemorava o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, explicou que a posição do PPD "foi uma consideração que na África do Sul vivem 600 mil portugueses (...) os quais podem ser vítimas inocentes das medidas que o Partido Comunista pretende que o Governo tome contra aquele país". Isto é: como o Governo de Sá Carneiro está em boas relações com os racistas da África do Sul, a maioria não tem senão uma posição: fazer a vontade ao Governo.

Nem que, para tal, tenha de, vergonhosamente, comparar o apartheid com o Alentejanismo. Com efeito, depois de uma declaração de voto do Partido Socialista, um improviso vibrante do deputado Almeida Santos apoiando o voto do PCP, António Maria Pereira, de parceria com Natália Correia, deu uma feia imagem da maioria reaccionária. Disse que já tinha dado vários votos em organizações internacionais — se calhar para estrangeiro ver! —. Apodado de racista, o deputado do PPD erguia bem alto a sua voz em defesa de um regime desumano, em nome dos direitos do homem!

Vital Moreira, protestando por entre os gritos de "cale-se, cale-se!" de Natália, disse: "O sr. deputado António Maria Pereira não teve desmedida contra o meu Partido da forma a que já nos habituou. Nós temos atrás de nós dezenas de anos de luta pelos direitos humanos. Desafio quem quer que aqui esteja a provar que o sr. António Maria Pereira tivesse, antes do 25 de Abril, em alguma luta nessa defesa!

O Governo é dos latifúndios

Os deputados comunistas em boa parte declaram-se ontem ao Alentejo e estiveram nas concentrações de apoio e luta em defesa da Reforma Agrária. Estamos por isso especialmente bem colocados para testemunhar sobre a maneira firme e determinada como os trabalhadores, no exercício dos seus direitos legais e constitucionais, afirmaram, em grandes concentrações e manifestações o seu enraizado apego e a sua inabalável vontade de garantir as profundas transformações realizadas com a Reforma Agrária.

Estivemos em Évora, em Beja, Estremoz, Campo Maior, Moura, Avis, Arraiolos, Ponte de Sor, Montemor e pudemos verificar por toda a parte que, apesar da disposição de luta, não se manifesta qualquer ilusão sobre a possibilidade de o Governo de Sá Carneiro mudar de política.

A oposição é generalizada e que o Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral está nas mãos dos latifundiários. Esta convicção traduz a realidade. A novidade trazida por este Governo no domínio da ofensiva contra a Reforma Agrária é a de ocupar apenas os latifundiários que tomaram posse directa e pessoalmente os comandos dessa máquina infernal de reconstrução do latifúndio em que se converteu o MAP.

A CAP domina o MAP. Já não se limita a exercer pressões, chantagens, condicionantes da política deste departamento governamental: a CAP é o MAP. E a Assembleia da República tem tido exemplo disso quando o sr. deputado Casqueiro aqui se exibe como um autêntico representante dos UCPs/Cooperativas na Administração, não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Quando da discussão da lei Barreto afirmámos que, aplicada pelos máximos e positivos mãos de um governo reaccionário conduziria à situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ao ser necessário ir buscá-las a Espanha... Tal antevisto das coisas tornou-se realidade. Espanta, no entanto, a cândida ingenuidade ou a flagrante hipocrisia de alguns senhores deputados que lamentam que ocupem apenas a Reforma Agrária e esqueça todos os demais problemas da agricultura em Portugal. Assim, senhores deputados, há que responder: o MAP dos latifundiários faz o latifúndio. E por isso: concede ilegalmente reservas a abastentistas; atribui reservas a cada um dos contitulares; entrega reservas a mortos ou desonhados; demarca reservas com o objectivo deliberado de inviabilizar ou destruir as UCPs/Cooperativas; impede a colheita de frutos pendentes; não entrega indemnizações em relação à perda destes frutos nem em relação às benfeitorias operadas pelos trabalhadores; entrega reservas com despacho judicamental inexistente; entrega reservas com violação dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo; não actua contra os prédios rústicos abandonados; reconstrói os prédios rústicos abandonados...

Intervenções

absoluta contra o exercício antidemocrático e totalitário do Poder. Não queremos trazer aqui exemplos terrificantes, nem sequer na acepção de Marx quando afirmava que a História se repete primeiro como tragédia e depois como farsa... Regressemos, por isso, à nossa actualidade. Como se sabe, não foi contestada a decisão do Presidente da República de chamar o Dr. Sá Carneiro a constituir Governo, em razão dos resultados das eleições.

Mas o que é essencial na existência do Governo não é tanto a maioria em que se apoia, antes a obrigação de se conformar com a lei e a Constituição. É isso que este Governo não faz em múltiplos aspectos da sua actuação, e, enormente, no que se refere à Reforma Agrária.

A tacahez política

Rejeitando o projecto de lei do PCP nº 392/1, sobre «defesa da floresta contra incêndios», os deputados dos partidos e formações políticas que apoiam o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral demonstraram tacahez política, evidenciaram falta de respeito pelos interesses das populações e pelo interesse nacional e explicitaram publicamente uma orientação parlamentar de mera submissão às posições e interesses do Governo que apolam.

Tacahez política, desde logo claramente demonstrada na insuficiência e pobreza de alguns argumentos, produzidos ao jeito de quem tem de justificar o que é injustificável. Falta de respeito pela defesa das populações e pelo interesse nacional, bem evidenciada pelo inevitável atraso que assim foi determinado

Ossos da justiça

«marketing-jurídico» de que o patronato era, obviamente, exclusivo beneficiário e que era, como classe, o principal agente. Bastava, para tanto, que as leis judiciais e as leis processuais tomassem complexa, distante, morosa e cara a administração da justiça do trabalho, mesmo que para o efeito invocasse a hipocrisamente a igualdade formal das partes.

Neste domínio o panorama ainda não se modificou significativamente. A administração da justiça continua a ser lenta, complexa e cara traduzindo-se, praticamente, numa autêntica denegação da justiça. Naturalmente, a lei processual não é o único responsável pelos problemas que se debatem a administração da justiça do trabalho, mas é evidente que constitui uma pesa privilegiada para os minor ou para os agraviados.

Os meios da justiça

Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

Os meios da justiça

Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

Os meios da justiça

Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

Os meios da justiça

Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

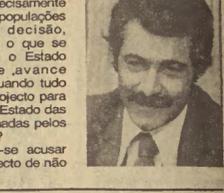
Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do

Os meios da justiça

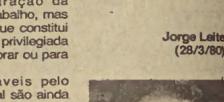
Responsáveis pelo quadro actual são ainda a manifesta insuficiência de meios humanos e técnicos que os órgãos do Poder colocam à sua disposição. Responsáveis por este quadro são, no fundo, os que, detendo o Poder, se negam a dotar as instituições com a função de aplicar o direito do



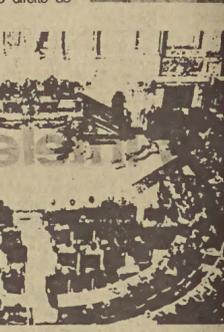
Carlos Brito (27/3/80)



João Amaral (28/3/80)



Jorge Leite (28/3/80)



Sousa Marques (28/3/80)

Deputado comunista visita os Açores

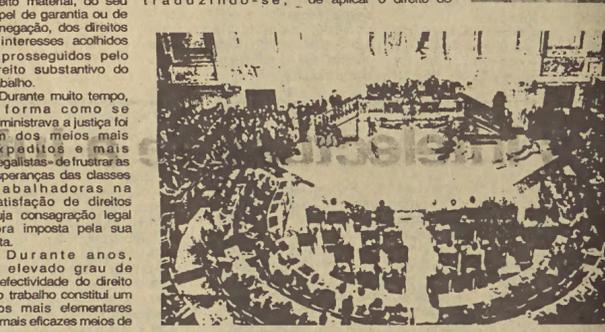
O deputado comunista Jorge Lemos visitou, de 14 a 21 de Março, os Açores, onde teve oportunidade de, na Terceira, no Faial e em São Miguel, além de contactar com a organização do PCP na Região Autónoma, fazer o levantamento, no local, das principais questões e estabelecer contactos, visitando empresas da região. Sobre a visita registámos as opiniões do camarada que, a nível parlamentar foi destacado pelo grupo comunista para acompanhar os problemas dos Açores.

surgiu a necessidade de atribuição de um maior quantitativo, sob pena de o Hospital não conseguir corresponder às necessidades das populações. Sobre esta matéria também já foram questionados o Governo Central e Regional, sobre a cobertura hospitalar da Região.

Adesão à CEE — a ruína. Visitei também uma empresa de lacteínios — continuei e da conversa que tive com o delegado da administração da «Lacteínios do Loreto» que me acompanhou fiquei com a opinião de que a adesão à Comunidade Económica Europeia seria ruínoza para o sector. Isto se pensamos que o Mercado Comum tem grandes excedentes de produtos lácteos e seria difícil, em termos de preços, poderíamos concorrer com a tecnologia e avanço industrial dos países da CEE.

Descontentamento. Qual a ideia com que ficaste do estado de espírito dos trabalhadores, da população, face à política do Governo Regional? — As pessoas com quem tive oportunidade de contactar, de um modo geral em todas as ilhas que visitei, estão bastante descontentes. Por um lado com o brutal aumento do custo de vida, por outro com a incapacidade do Governo Regional em dar resposta aos problemas mais sentidos pelas populações. Notei, por outro lado, grande receptividade da parte das pessoas com quem falei, constatei que é um povo que quer viver em democracia e contribuir com o seu esforço para a transformação e a criação de melhores condições de vida na Região. É certo que estão sujeitos a uma campanha sistemática de intoxicação ideológica, promovida pela generalidade da Comunicação Social da Região, que está na sua globalidade nas mãos do PPD e do Governo Regional. Sent também que está vivo nas pessoas o seu sentimento político, contrário às ideias separatistas, embora absolutamente conscientes do seu direito a uma autonomia. Autonomia que deve ser entendida nos termos consti-

tuais, ou seja, como garante e reforço da unidade nacional. Para quando o esperado estatuto de autonomia? — Neste momento a Assembleia da República aguarda o envio de uma proposta de lei da Assembleia Regional sobre o estatuto de autonomia da Região Autónoma. O PCP irá participar de maneira decisiva na discussão dessa proposta e não se poupará a esforços para que a Região fique dotada de um estatuto de autonomia democrático. A visita que realizei permitiu-me uma visão vasta dos problemas. A terminar esta conversa quero referir mais algum aspecto? — Importa referir a intensa actividade da APU, dos seus eleitos, nas autarquias da Região. Podemos hoje dizer que a maioria das propostas apresentadas foram pela APU. A APU é uma força em crescimento e que está, no fundamental, a corresponder aos objectivos e às propostas com que se apresentou ao eleitorado. Finalmente quero acentuar que a minha deslocação foi extremamente positiva e vai contribuir para o melhor conhecimento do nível do grupo parlamentar comunista, dos problemas relativos aos Açores.



Realizado em meados do passado mês de Março, o II Encontro Regional da Madeira da APU, em que participou o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, veio desenvolver o trabalho dos democratas integrados na Aliança Povo Unido quanto ao conhecimento e intervenção na vida

II Encontro APU na Madeira

Realizado em meados do passado mês de Março, o II Encontro Regional da Madeira da APU, em que participou o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, veio desenvolver o trabalho dos democratas integrados na Aliança Povo Unido quanto ao conhecimento e intervenção na vida

devidamente convocado, tendo passado despercebido à população (alguns membros do PPD afirmaram não se tratar de uma freguesia «madeirense»). Por outro lado verificou-se que, apesar de todas as obras iniciadas à pressa no período anterior às eleições, continuam a observar-se graves carências no campo da habitação, saneamento básico,

O II Encontro Regional da Aliança Povo Unido constituiu ainda que os planos de actividade das Câmaras Municipais não são elaborados e notados por prioridade dos problemas das populações, enquanto que as autarquias desenvolvem a sua actividade no campo da demagogia procurando aproveitar-se partidariamente e utilizando para tal os dinheiros do povo.

O Encontro, considerou importante o trabalho já desenvolvido pelos eleitos da APU, nomeadamente na denúncia da atribuição ilegal de verbas aos membros da Junta de Freguesia de São Pedro, evitando a aquisição, pela Câmara do Funchal de terrenos a preços especulativos, impondo o funcionamento do Conselho Municipal em Câmara de Lobos. Entre as várias moções aprovadas nesta jornada da APU salienta-se a que manifestou o apoio e solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária e de repúdio pela política do Governo de Sá Carneiro que, através da repressão, pretende impor o regresso a um passado de fome e miséria.

Augusto Carreto regressou da Madeira

Regressou da Região Autónoma da Madeira o camarada Augusto Carreto, membro da Direcção Nacional da JCP e do Comité Central do Partido. Durante a sua estadia, o camarada teve um vasto programa de actividades, nomeadamente reuniões com organismos de direcção do PCP e da JCP da Região, encontros em que foram abordados importantes aspectos relacionados com a participação dos jovens comunistas madeirenses no 1.º Congresso da JCP, marcado para 24 e 25 de Maio, além de contactos a vários níveis com a juventude local, em particular com jovens trabalhadores dos ramos da Construção Civil e Agricultura. O camarada Augusto Carreto assistiu-se ainda com uma representação da Juventude Socialista

Entretanto, encontram-se no arquipélago dos Açores os camaradas Maria da Piedade Morgadinho, do Comité Central, e Álvaro Mateus, colaborador do CC, para participarem num conjunto de reuniões com a organização e em sessões, colóquios e outras iniciativas públicas, onde abordarão os principais temas da actual situação política nacional. Na próxima semana, os camaradas deslocam-se à Região Autónoma da Madeira com um programa idêntico.

A luta Heróica dos Povos contra a Opressão e o Fascismo

edições Avante! Distribuição CDL

TARRA FAI

DA MORTE LENTA

RECORRIMENTOS DOS TEMPOS DIFÍCIS

As promessas e os factos

Denúncias de atropelos à legalidade e de falta à concretização de promessas eleitorais foram objecto da atenção do Encontro. Foi assim sublinhado que grande parte das Assembleias de Freguesia não reuniram, que a Assembleia Municipal de Calheta também não fez ainda, que o Plenário de Cidadãos que elegia a Junta de

Octávio Pato: «As forças democráticas necessitam encontrar pontos de convergência»

A prática do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral mostra cada vez mais claramente os propósitos imediatos da reacção: dominar ou apoderar-se de todos os órgãos de soberania, de todos os principais meios de informação e acção governativa, de forma a garantir-lhe o poder, ganhar ou não ganhar a maioria do eleitorado — alertou Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, no decorrer da sua intervenção na sessão de esclarecimento realizada na última semana no Teatro Adóque, em Lisboa, por iniciativa do Organismo dos Trabalhadores do Comércio e das Indústrias Gráficas do CLL.

“É nesta perspectiva”, disse, “que se inserem as medidas notoriamente demagógicas que, a par de outras profundamente lesivas dos interesses do Povo português e da própria economia nacional, o Governo ‘AD’ tem anunciado, como são, por exemplo, a proposta de institucionalização da profissão de dona de casa e da criação de horários flexíveis para as mulheres trabalhadoras com filhos.”

Verdades e demagogias

Entretanto, medidas práticas e efectivas que pudessem contribuir para um apoio social à mulher portuguesa não se vêem. No decurso da sua intervenção, o camarada Octávio Pato desmascarou a política demagógica da ‘Aliança Reaccionária’, salientando a propósito:

“Se vissemos o Governo empenhado na contenção dos preços, na aplicação da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde e no alargamento e aperfeiçoamento dos serviços de segurança social, poderíamos pensar que o Governo estava preocupado com a situação e o futuro das donas de casa; se vissemos o Governo empenhado no lançamento de uma rede de estabelecimentos de Ensino por todo o país, na criação de infra-estruturas de apoio às mães, trabalhadoras e no cumprimento da legislação que garante o direito igual da mulher ao trabalho, poderíamos pensar que o Governo tinha tido um rebate de consciência e se preocupava, enfim, com a defesa dos direitos das crianças

e com o papel da mulher na sociedade.”

A realidade é outra. De facto, “o que nós vemos é o Governo a tentar lançar de novo a miséria nos campos do Alentejo; o que nós vemos é o Governo a apoiar o despedimento de cerca de 300 trabalhadoras na Standard Eléctrica; o que nós vemos é o Governo a querer lançar na suspensão ou no desemprego mais de 1000 mulheres trabalhadoras da Plessey; o que nós vemos é o Governo com todas estas medidas ameaçar de novo os lares das mulheres portuguesas.”

Unidade democrática

Mais adiante, referindo-se à luta pela unidade e cooperação das forças democráticas e às consequências das manobras divisionistas, o dirigente comunista sublinhou:

“No que respeita ao 25 de Abril, fizemos propostas concretas a várias formações e individualidades políticas, e designadamente ao PS, visando a criação de uma larga comissão apertadária que promovesse um conjunto de realizações na região de Lisboa.

As nossas propostas não foram aceites mas o PS nem sequer é capaz de explicar as razões políticas que motivam a sua recusa.”

Depois de referir que a APU é uma aliança unitária cuja dimensão e apoios se estendem para além dos dois partidos — PCP e MDP — que a constituíram, Octávio Pato declarou:

“Penso não haver razões que impeçam essa mesma aliança de poder encetar e discutir com outras formações e democratas de diversas tendências o alargamento da sua base política ou promover simplesmente acordos pontuais de ordem eleitoral.

“As forças democráticas e designadamente as que têm representação parlamentar, necessitam de encontrar pontos de convergência que lhes permita frustrar os desígnios da reacção e batê-la em todos os campos políticos e sociais, nomeadamente nas eleições para a PR e para a AR. Necessitam de aparecer ao eleitorado como uma alternativa válida às forças reaccionárias aglutinadas na actual omelete governamental e eleitoral que se intitula ‘AD’.”

Concluiu ainda:

A projectada “Frente do Progresso” lançada pelo PS não pode ser essa alternativa. Por si só, a APU também não o será. Qualquer destas formações políticas, desde que isoladas, não poderão ser a alternativa necessária mas se-lo-iam seguramente se se apresentassem numa posição convergente e que até poderia abarcar outras forças e correntes democráticas.

Por outro lado, “os que laboram para criar a intitulada ‘FUP’ sabem perfeitamente que não serão qualquer alternativa e os seus mentores têm a clara consciência que o objectivo que visam é a criação de uma força que possam constituir uma barreira ao avanço e progresso das forças aglutinadas na APU e ao mesmo tempo controlar, dominar e absorver a UDP.

Estas manobras divisionistas — tal como sucedeu com muitas outras — acabaram por fracassar ingloriamente. Mas fracassar é uma coisa e os prejuízos e confusões que poderão causar são outra coisa e, por isso mesmo, é necessário dar-lhes combate e derrotá-las.”

Encontro sobre os problemas da Saúde nova iniciativa nacional do PCP

Com a participação do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, realizou-se no passado Sábado, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião da Comissão Organizadora do Encontro Nacional do PCP sobre os problemas da Saúde.

Vindos das várias Organizações Regionais do País, os camaradas que participaram na reunião, que decorreu no âmbito dos trabalhos preparatórios do Encontro fizeram o balanço das actividades já realizadas, tendo dado conta das iniciativas e estudos em curso a nível nacional.

Na sequência dos trabalhos — como refere um documento distribuído pela SIP do Comité Central — foram tomadas as seguintes resoluções:

- O Encontro Nacional do PCP para os Problemas da Saúde terá lugar em Lisboa, na “Voz do Operário”, nos dias 10

- e 11 de Maio de 1980 e funcionará em Plenário e Secções com o seguinte Programa:
- Sábado, dia 10 — das 9,30 às 13,30 horas — Plenário de abertura
- das 15,30 às 20 horas — trabalho em Secções
- Domingo, dia 11 — das 9 às 12,30 horas — Plenário de encerramento.
- Nas quatro secções serão abordadas questões ligadas à política global de saúde, cuidados primários de saúde, melhoria dos cuidados hospitalares e problemas socio-profissionais dos trabalhadores do sector.
- Os trabalhos preparatórios do Encontro, como é habitual em outras iniciativas semelhantes do PCP, têm contado com a elaboração e o contributo de trabalhadores da saúde e especialistas não comunistas.

No próprio Encontro o debate nas Secções será aberto a técnicos do Sector independentemente da sua filiação partidária que terão o estatuto de participantes.

- No campo da saúde — salienta ainda o documento da SIP — enfrenta o Povo português graves problemas que exigem com urgência soluções e a determinação das vias adequadas à sua real concretização. Numa conjuntura em que o Governo AD pretende inviabilizar o Serviço Nacional de Saúde, já aprovado pela Assembleia da República, só a unidade dos trabalhadores da saúde e das populações, empenhadas em melhorar a situação de saúde do Povo português poderá impor o avanço efectivo no caminho aberto pela Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde.

A reunião debruçou-se sobre

o andamento dos trabalhos que, a nível regional não proporcionam um desenvolvimento por igual. Assim, há organizações do Partido que, pela própria importância dos serviços de saúde que aí existem ou, pelo contrário, pelas dificuldades encontradas, apresentam já resultados ou se encontram em fase de preparação. Em todas, entretanto, são boas as perspectivas de um contributo positivo para o Encontro que reunirá em Lisboa, nos dias 10 e 11 de Maio, muitos delegados e convidados.

É de salientar a preparação de um encontro concelhio, em Peniche, no próximo dia 20 de Abril, prevendo-se no distrito de Leiria reuniões alargadas, uma na capital do distrito, no dia 9 do corrente e no sul do mesmo distrito no dia 11.

No Alentejo há grupos de trabalho formados nos três distritos — Portalegre, Évora e Beja — e projecta-se fazer um Encontro

Regional sobre os problemas da Saúde na Zona da Reforma Agrária.

No âmbito da Região de Setúbal projectam-se, para além da distribuição de documentos para discussão, reuniões alargadas e unitárias que se enquadram nos objectivos do Encontro.

Na Beira Litoral apontam-se dois tipos diferentes de reuniões — por locais de trabalho e por sectores profissionais havendo já reuniões marcadas.

Na região de Lisboa, uma reunião com a participação de sectores e de concelhos, deu a ideia do avanço do trabalho, no interior do partido, preparando-se reuniões alargadas. Inicativas levadas a cabo nos concelhos de Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Alenquer e Azambuja abriram perspectivas de um trabalho profíquo na preparação do Encontro Nacional do PCP para os problemas da Saúde.

Os intelectuais e a luta popular

O papel dos intelectuais na luta contra o totalitarismo do Governo AD, em defesa da Reforma Agrária, pela unidade e no movimento popular de massas foi realçado pelo camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, durante uma sessão de esclarecimento promovida pelo Sector Intelectual do Porto, na quarta-feira da semana transacta, na Faculdade de Engenharia, com a presença de mais de duas centenas de trabalhadores intelectuais.

Caracterizando a política das forças reaccionárias, Ângelo Veloso acentuou que “o problema que se põe à AD não é o de manter o eleitorado, mas mudar o regime e a situação” e apontou muitos exemplos que mostram o seu carácter totalitário. Os próprios choques do “Governo AD com o Presidente da República e o Conselho da Revolução têm esses traços totalitários e mostram como a direita quer reduzir a vida política portuguesa a um único centro”.

Segundo revelou, nos dois primeiros meses do ano, houve 19 greves, 17 das quais de classe, contra a suspensão dos CCT e a tentativa de imposição do tecto salarial. Ângelo Veloso realçou o facto de existir entre as massas populares uma grande aspiração de unidade das forças democráticas, sublinhando que “a unidade é essencial para bater a direita e impedir que o seu plano golpista e subversivo se cumpra”.

O camarada Óscar Lopes, membro do CC, presente na mesa que dirigiu a sessão, salientou que a luta pela dignificação profissional dos intelectuais passa pela sua aliança com as massas populares, pela defesa e concretização dos princípios consagrados na Constituição. O camarada denunciou o projecto de criação de universidades particulares, com subsídios estatais, e considerou histórica a reacção do Governo de boicote às comemorações do IV Centenário da Morte de Camões.



A mesa que presidiu à sessão no Porto, quando Ângelo Veloso estava no uso da palavra

«Almada, uma casa do Partido» 1200 contos após dois meses de campanha

● No próximo dia 12, espectáculo popular na SFUAP

Dois meses de campanha, 1200 contos recolhidos — este o balanço da iniciativa para angariação de fundos que continua a desenvolver-se em Almada com o objectivo do Partido ter finalmente uma nova sede concelhia à altura do prestígio, da influência e da combatividade dos comunistas daquela zona.

Os resultados até agora registados são, sem dúvida,

Neste sentido dois estilos de tarefas surgem presentemente em primeiro plano: por um lado, incentivar a “quota suplementar” (contributo periódico assegurado) e, por outro, estimular o trabalho de propagação e divulgação da campanha — colagem de cartazes, colocação de panos de rua, caravanas sonoras, “porta-a-porta”, tarjetas, etc, tendo em perspectiva levar a campanha a toda a população almadense.

Entretanto, continua a mobilizar grande entusiasmo a Festa da

Amizade, que, como aqui já amplamente noticiámos, decorrerá em 2, 3 e 4 de Maio próximo, no Alto das Barrocas (Cova da Piedade), iniciativa que dará forte impulso à campanha para a nova sede concelhia. No fim-de-semana de 12 e 13, começarão os trabalhos de montagem das estruturas metálicas e dos painéis da Festa. E a participação dos camaradas, simpatizantes e amigos do Partido é fundamental. O êxito da Festa da Amizade depende da forma como decorrer a sua preparação! Por isso,

o trabalho voluntário, a ajuda de todos, marca aqui uma posição de destaque na Festa, que será uma jornada de unidade e convívio de todo o povo trabalhador de Almada.

No próximo dia 12, realiza-se um grande espectáculo popular integrado nas iniciativas de lançamento e divulgação da Festa da Amizade. Carlos Mendes, Luisa Basto, Edmundo Silva, João Fernando e Joaquim Pessoa são os artistas. A SFUAP (Sociedade Filarmónica União Artística Piedense) é o palco.

Campanha «Abril Vencerá» Almoço em Vale Benfeito

Em Vale Benfeito, freguesia de Aldeia Galega da Marceana, um almoço de confraternização reuniu no último domingo, pela primeira vez naquela localidade, mais de uma centena de camaradas e amigos do Partido, numa iniciativa integrada na campanha de adesões «Abril Vencerá».

Uma feijoada acompanhada pelo bom vinho de região foi o pretexto e o início de uma tarde de convívio que incluiu canções e poemas de luta, cantados e ditos por dois camaradas e, por fim, uma intervenção do camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do CC do PCP e chefe de Redacção do «Avante!», que falou sobre os problemas políticos do momento e as tarefas que todos os democratas e antifascistas, comunistas e não-comunistas, têm que cumprir, e cumprirão, para fazer gozar a ofensiva da direita.

Excursão à Reforma Agrária

Estão abertas em todos os Centros de Trabalho do Partido na área de Lisboa as inscrições para uma excursão a Évora de apoio à Reforma Agrária, a realizar no próximo dia 13. Trata-se de uma iniciativa do CLL, com partida às 8 e 35 e chegada às 23 horas. O ponto de encontro é no Terreiro do Paço (estação dos barcos para o Barreiro). Preço: 180500. A organização recomenda a todos os participantes que levem o favel.

Festa em Apelação no dia 12

Os comunistas da freguesia de Apelação (Sacavém) promovem no próximo dia 12 uma grande Festa Popular, onde, a par do convívio e da alegria estarão presentes três importantes temas de luta: defesa da Reforma Agrária, reforço do Partido e mobilização do povo trabalhador da freguesia contra a política reaccionária do Governo PPD/CDS.

Entre outras iniciativas, a Festa incluirá um Mercado da Reforma Agrária, com início às 17 horas com um camarada do Comité Central do Partido e «Fado de Abril» à noite.

A campanha de recrutamento e de fundos para o novo CT serão notas salientes ao longo da Festa.

Joaquim Gomes em Leiria

O camarada Joaquim Gomes participa hoje às 21 e 30, no Bombaril, numa sessão de esclarecimento promovida pela APU no Teatro Eduardo Brásão. Aquele membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido esteve ontem no

CAMARADA FALECIDO

MANUEL CASAL RIBEIRO — Com 81 anos de idade, resistente e antifascista de há longos anos, recentemente membro do PCP, faleceu no passado dia 1 de Abril

Desporto na Festa Participação estrangeira e Jogos Tradicionais

A semelhança dos anos anteriores, o programa desportivo da Festa do «Avante!» incluirá a participação de equipas de países socialistas. Este ano está prevista a presença de desportistas da URSS, RDA, Hungria, Bulgária e Polónia em modalidades como a ginástica, luta, halterofilia e xadrez.

Entre as ideias em marcha para o desporto na Festa deste ano, destaca-se o esforço para enriquecer sensivelmente as competições e demonstrações dos Jogos Tradicionais, cujas diversas modalidades existem pelo país fora, intimamente ligadas ao patri-

Festa do "Avante!"



festa do Avante!
ALTO DA AJUDA 11, 12, 13 JULHO/1980
trabalho para sortear: não do entrado na festa

festa do Avante!
ALTO DA AJUDA 11, 12, 13 JULHO/1980

-1.º Sorteio em 4 de Maio

Como vai a venda das EP's? — eis uma pergunta que se impõe, agora estamos a um mês do 1.º Sorteio.

A ampla difusão da EP é — já o temos dito — uma das tarefas decisivas para o êxito da Festa do «Avante!»: com a EP se faz a nossa Festa, com a EP se está na nossa Festa.

Além disso a EP habilita a três sorteios, a dezenas de prémios, aliciantes.

Para o 1.º Sorteio, que se realiza no dia 4 de Maio, há os seguintes 25 prémios:

- 1.º prémio — uma tenda de campismo
- 2.º prémio — uma fogão porta-bilha
- 3.º prémio — um aspirador
- 4.º prémio — uma bateadeira
- 5.º prémio — uma fritadeira
- 6.º prémio — uma lanterna de gás
- 7.º prémio — uma mesa e três cadeiras para campismo
- 8.º prémio — um moinho de café
- 9.º prémio — uma balança de casa de banho
- 10.º prémio — uma iogurteira
- 11.º prémio — livros CDL no valor de mil escudos
- 12.º prémio — livros CDL no valor de mil escudos
- 13.º prémio — livros CDL no valor de mil escudos
- 14.º prémio — livros CDL no valor de mil escudos
- 15.º prémio — livros CDL no valor de mil escudos
- 16.º prémio — livros CDL no valor de quinhentos escudos
- 17.º prémio — livros CDL no valor de quinhentos escudos
- 18.º prémio — livros CDL no valor de quinhentos escudos
- 19.º prémio — livros CDL no valor de quinhentos escudos
- 20.º prémio — livros CDL no valor de quinhentos escudos
- 21.º prémio — uma assinatura da revista «Vida Soviética»
- 22.º prémio — uma assinatura da revista «Vida Soviética»
- 23.º prémio — uma assinatura da revista «Vida Soviética»
- 24.º prémio — uma assinatura da revista «Vida Soviética»
- 25.º prémio — uma assinatura da revista «Vida Soviética»



O ano passado foi assim. Este ano, o trabalho no terreno talvez não seja tão duro, mas haverá, de qualquer modo, muito para fazer. Em breve anunciaremos a primeira jornada de trabalho voluntário no Alto da Ajuda...

A Hungria depois do XII Congresso do PSOH

Delegação do PCP em visita de amizade e solidariedade

A convite do CC do PSOH, uma delegação do CC do PCP constituída pelos camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC, e José Pedro Soares, do CC, deslocou-se à Hungria por ocasião do XII Congresso do PSOH, que decorreu em Budapeste de 24 a 27 de Março.

Saudada à chegada ao aeroporto pelos camaradas Valéria Benke, membro da Comissão Política do CC do PSOH, e Sandor Lajos, do CC, a delegação do nosso Partido assistiu, na tribuna dos convidados estrangeiros, aos trabalhos do Congresso.

Momento alto da sua estadia seria o importante comício de amizade realizado no dia 26 de Março em honra do XII Congresso na fábrica de Budapeste das Empresas Unidas

de Lâmpadas - Tungstam, que emprega em todo o país mais de 34 mil trabalhadores e onde - é curioso sublinhar - se utiliza como matéria-prima volfrâmio importado de Portugal.

Nesse comício foi lida a saudação do CC do nosso Partido ao Congresso do PSOH, em parte transcrita no último número do "Avante!", que foi acolhida com calorosos aplausos pelos milhares de trabalhadores presentes. A apresentação, nessa mesma ocasião, da oferta do CC do PCP ao Comité Central do PSOH por motivo da realização do XII Congresso - um estojo contendo uma foice, símbolo da Reforma Agrária, oferecida ao nosso Partido pelos trabalhadores da UCP Bento Gonçalves, onde, em Outubro passado, os

comunistas António Maria Casquinha e José Caravela foram assassinados pela GNR no decorrer da entrega de uma reserva - foi motivo para uma grande manifestação de solidariedade dos trabalhadores húngaros com a Reforma Agrária portuguesa, alvo da ofensiva reaccionária do Governo Sá Carneiro.

No último dia do Congresso, a delegação portuguesa participou ainda na recepção oferecida pelo novo Comité Central do PSOH em honra das delegações estrangeiras, no decorrer da qual teve um breve encontro com o camarada Janos Kadar, primeiro secretário do PSOH, que expressou as mais calorosas saudações ao nosso Partido.



No aeroporto de Budapeste, os camaradas Valéria Benke e Sandor Lajos acolhem em nome do CC do PSOH a delegação portuguesa. Na foto seguinte, o camarada Jaime Serra apresenta aos trabalhadores da Tungstam o estojo contendo uma foice da «Bento Gonçalves», símbolo do trabalho abnegado e de heróica na defesa da mais bela conquista da nossa Revolução — oferta dos comunistas portugueses aos comunistas húngaros



Profundidade crítica e autocrítica e alto sentido de responsabilidade caracterizaram o Congresso — afirmou ao «Avante!» o camarada Jaime Serra

O XII Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro constituiu uma reafirmação da força e unidade dos comunistas e da classe operária húngara e da sua capacidade de continuar na vanguarda da actividade criadora do povo da Hungria Socialista para o cumprimento das Resoluções do Congresso no decorrer dos próximos anos — afirmou, a propósito, ao «Avante!» o camarada Jaime Serra, chefe da delegação do nosso Partido que ali se deslocou a convite do CC do PSOH.

Ilustrando esta conclusão geral, o camarada Jaime Serra precisaria em seguida alguns aspectos da forma como decorreu o Congresso e dos problemas que ali se debateram:

— As intervenções no Congresso decorreram num ambiente de ampla liberdade crítica e autocrítica, expressas de forma profundamente responsável. Representantes de todos os

sectores da vida do Partido e da sociedade puderam expressar as suas opiniões. Operários, mineiros, trabalhadores agrícolas, intelectuais e quadros técnicos, ministros, gestores, artistas, investigadores dos mais diversos ramos da ciência e da técnica, subiram sucessivamente à tribuna, expondo os seus pontos de vista, as suas observações críticas e propostas

construtivas para o trabalho futuro.

Estrutura de classe da sociedade húngara

Numa tal diversidade se firma, entre comunistas, no socialismo, a unidade:

— No Relatório do Comité Central do PSOH apresentado pelo Primeiro-Secretário do Partido, camarada Janos Kadar, foi afirmado que na Hungria, pela eliminação das classes exploradoras (os capitalistas e os latifundiários), foi posto fim aos antagonismos de classe irreconciliáveis. A Hungria conhece agora apenas classes e camadas trabalhadoras aliadas entre si; a concertação permanente dos seus interesses é uma tarefa política constante de grande importância.

«As classes e camadas da sociedade, os membros do Partido e os não membros, os materialistas e os crentes trabalham agora em perfeita unidade nacional e por objectivos socialistas comuns».

«A classe operária assume eficazmente o seu papel dirigente no interesse de todo o povo. A sua importância na política, a sua actividade prática, o seu espírito de iniciativa, as suas concepções e a sua atitude exercem uma influência positiva sobre as opiniões e o comportamento de toda a sociedade».

Na sociedade húngara actual, os operários representam cerca de 59%, os camponeses das cooperativas 13%, os trabalhadores intelectuais 25% e os pequenos produtores cerca de 3% da população.

A política do Partido, definida no XII Congresso, tem por objectivo a harmonia entre as diversas classes e camadas da população, valorizando os seus interesses específicos na base da prioridade dos interesses da sociedade, a diminuição progressiva das disparidades entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Realismo, optimismo, determinação, fidelidade aos princípios.

Das conclusões do XII Congresso do PSOH, o camarada Jaime Serra sublinhou, entre outros, os seguintes aspectos:

• O reforço da unidade do Partido e do povo húngaros no que se refere aos objectivos socialistas fundamentais.

• O realismo para enfrentar as dificuldades, optimismo e firme determinação na acção política para aplicação das resoluções do XII Congresso para a evolução segura da sociedade socialista.

• O prosseguimento da aplicação dos princípios do internacionalismo proletário e da coexistência pacífica, buscando a generalização do desanuviamento internacional.

consciência e as condições de funcionamento autónomo das Igrejas. Os crentes tomam parte, como cidadãos iguais, na edificação do socialismo e na vida pública. As Igrejas respeitam as Léis do Estado e apoiam o trabalho de edificação do país.

Na actividade nacional e internacional, assim como no cumprimento das tarefas históricas e no seu trabalho quotidiano o PSOH apola-se nas organizações de massas. Respeita a sua Independência e pede a sua ajuda para a elaboração e realização dos objectivos

produção per capita de vários produtos industriais e agrícolas, tais como a produção de bauxite, a fabricação de autobuses, a produção de carne e cereais, a Hungria alcançou os primeiros lugares na escala mundial e colocou-se entre os dez primeiros países do mundo.

Todavia, em virtude de circunstâncias desfavoráveis, nomeadamente no mundo económico, se terem agravado mais do que o previsto, o resultado do progresso económico do país não corresponde às previsões do V Plano Quinquenal, o aumento do rendimento nacional e, por consequência, a elevação do nível de vida é mais lento do que o previsto.

As mudanças radicais e persistentes que se produziram desde 1973-74 na economia mundial, a deterioração dos termos de troca, as medidas discriminatórias de certos países capitalistas têm também repercussões desfavoráveis na economia da Hungria.

A deterioração das condições económicas externas fez ressaltar de forma gritante os pontos fracos da economia do país, assim como as lacunas do trabalho do Partido.

Equilibrar para progredir

Tendo em conta toda a situação, — afirmou-nos, finalmente, Jaime Serra — o XII Congresso considerou que no período do VI Plano Quinquenal o PSOH devia no terreno da economia prosseguir a via já encetada em 1979, continuando a dar prioridade à busca do equilíbrio económico. Além disso, salvaguardando as conquistas já alcançadas, consolidar o nível de vida e, na medida das próprias forças, procurar melhorar os serviços médico-sociais, apoiar as famílias numerosas e os casais jovens, assim como aliviar as preocupações das pessoas idosas.

Uma condição importante para alcançar o equilíbrio consiste (e consistirá ainda durante alguns anos) na moderação vigorosa do ritmo de crescimento. Coloca-se como exigência da mesma ordem as modificações interiores de estrutura e de qualidade que possam tornar mais moderna e económica a produção, melhorar a capacidade de exportação e que possam contribuir para estabelecer as condições de equilíbrio seguro e do progresso ulterior, mais rápido.

Salienta-se que na

Política de massas em todas as frentes

— No plano religioso — faz notar o camarada Jaime Serra — ressalta a existência duma situação equilibrada, com relações normais, sem contenciosos, entre o Estado e as Igrejas.

De acordo com o espírito da Constituição, o Estado assegura a liberdade de

Pequenas-grandes coisas de que é feita uma vida mais feliz

O povo húngaro celebra amanhã, 4 de Abril, o 35.º aniversário da libertação.

Quando, em 1945, com a ajuda decisiva do Exército Soviético, o nazi-fascismo foi definitivamente derrotado, o novo poder dos trabalhadores estava já em marcha. Libertada a primeira parcela do território húngaro desde o Outono de 1944, elaborado o programa de reconstrução da Hungria pelo Partido Comunista Húngaro e por sua iniciativa constituída em Dezembro do mesmo ano a Frente de Independência Nacional, em acção por todo o país os Comités Nacionais de Defesa e a Assembleia Nacional Provisória, já em Março de 1945 haviam sido lançadas as bases da Revolução Agrária que acabaria com o latifúndio. Sob a direcção do PCP, a classe operária e os camponeses agora com terra emprenderam a reconstrução da sua pátria finalmente libertada.

Em 1948, com o fim do processo de nacionalização da banca e das empresas com mais de cem operários, o poder económico de grande burguesia foi definitivamente abolido. A vitória obtida pelo PCP nas eleições de 1947 alçou as bases da luta pela unidade política e de organização da classe operária. A Constituição da República Popular Húngara entrou em vigor em Agosto de 1949. Ali se proclamava: «Na República Popular Húngara todo o poder pertence ao povo trabalhador».

35 anos volvidos, como se traduzirão hoje nas pequenas coisas do dia-a-dia do povo húngaro as vitórias alcançadas?

Diz-se que todas as nações em que os trabalhadores são soberanos, têm na cabeça, no coração e nas mãos, como o bem mais precioso, as crianças. Assim é na Hungria. Este ano, umas das primeiras novidades que se dá ao amigo de visita «traz» as crianças na boca: passaram todas a ir para a escola primária de manhã! Não se perca às primeiras palavras, mas a explicação chega rápida e é eloquente: já não é preciso fazer dois turnos, há salas e professores que chegam para todos e para o dia inteiro, com aulas normais de manhã, e à tarde, enquanto os pais não chegam do trabalho, actividades circulo-escolares dirigidas e acompanhadas.

Os «oito anos de escolaridade obrigatória» não porão, nesse aspecto, a Hungria entre os primeiros lugares do mundo. Mas se pensarmos que os municípios são obrigados, por lei, a ter lugares nos jardins de infância para todas as crianças com a idade correspondente, e que, por exemplo em Budapeste, 90% das crianças aí passam o dia; se soubermos que, por exemplo na aldeia de Vaskud — 4500 habitantes organizados numa cooperativa agrícola —, metade das crianças que saem da primária continuam no liceu e a outra metade escolhe e frequenta escolas profissionais — se o soubermos poderemos entender mais facilmente que do facto a Hungria tem um índice de escolaridade que a coloca à frente de muitas outras nações de escolaridade obrigatória mais alongada...



Nas creches, sim, e talvez sobretudo nas cidades, faltam lugares. É o presidente do município de Budapeste que declara: as creches na cidade não preenchem mais do que 30% das necessidades totais. Esta necessidade é, porém, muitíssimo relativa: na Hungria, em caso de maternidade, as mulheres têm direito, durante três anos, a dispensa do trabalho e a um subsídio mensal (igual para todas, seja qual for o seu salário normal, que corresponde a cerca de um terço do salário médio. A maior parte das mulheres opta, assim, por ficar em casa com o seu filho durante os três primeiros anos do dia.

Uma tal «política de maternidade» rouba ao trabalho produtivo uma apreciável fatia. Mas, como no domínio mais directo da economia, o investimento reprodutivo, a médio e longo prazo, está na ordem do dia: a Hungria crescerá também com o aumento do número dos seus habitantes, o desemprego não é uma ameaça, cada cidadão tem na sociedade um lugar à sua espera. Isto, no sentido mais literal: ainda em Budapeste, há neste momento quase 100 000 postos de trabalho por preencher.

Será que esta é uma carência geral? Na Hungria vai-se verificando um fenómeno inverso ao que é comum a todas as sociedades capitalistas e se mantém no período de construção do socialismo: a fuga do campo para a cidade. Evitá-lo foi sempre, aliás, uma questão programática em todos os casos de edificação do socialismo, que tem como um dos seus objectivos fundamentais equiparar o campo à cidade, através da criação de condições socio-culturais idênticas.

Na Hungria actual, é curioso notar que a carência de trabalhadores vai sendo muito mais aguda nas cidades que nos campos, os trabalhadores — mesmo os que vão especializar-se nas cidades — fixam-se nas suas terras de origem. Por um lado porque mesmo ali a actividade se vai diversificando pela criação de grandes complexos agro-industriais, por outro, porque os rendimentos (sobretudo nas cooperativas) são geralmente mais elevados do que a média na cidade; graças ao seu trabalho, graças também à ajuda do Estado e a das empresas estatais aliás, que os apoiam com laboratórios, tecnologia, métodos de organização do trabalho.

De tudo isto resulta que a chamada «qualidade de vida» melhora aceleradamente nos campos. Socorram-nos de novo do exemplo de Vaskud, aldeia cujos limites coincidem hoje com os de uma única cooperativa: além das estruturas básicas (obvias...) como sejam as que atendem à saúde, à instrução obrigatória, aos abastecimento, há ali uma Casa da Cultura que satisfaz todas as outras «necessidades básicas», no dizer dos seus habitantes: restaurante, cinema, salas especializadas em ramos da técnica, da arte ou da cultura, uma biblioteca com mais de 10 000 volumes. E ainda: um centro desportivo (a piscina, última fase, está actualmente em construção), a igreja, o Centro dos Idosos, creches e infantários para todas as crianças: Casas como a dá família Cserepes, que visitámos, são vulgares: quase sempre propriedade da família, que a construiu por empréstimo do Estado ou da própria cooperativa, ampla e confortável, bem fornecida e equipada com o que é considerado essencial na vida moderna: a máquina de lavar e o frigorífico, o fogão a gás e a televisão.

Qualquer semelhança com a mais portuguesa das aldeias não passa da nossa esperança...

A «propriedade social dos meios de produção» que é inerente a todas as formas de socialismo, integra na Hungria três formas de propriedade: a propriedade estatal, a cooperativa e a privada, determinando directamente a existência de classes não antagonicas, uma vez que os seus interesses coincidem e se complementam no quadro da sociedade socialista.

A propriedade privada não é limitada pelo direito à casa própria e a outros bens pessoais: 3% da população da Hungria são pequenos proprietários, agricultores ou artesãos, que têm sempre assegurado o mercado para os seus produtos ou para os seus serviços, e uma protecção social igual à de todos os outros cidadãos.

Por outro lado, algo como o «segundo emprego» ou qualquer actividade de que possa resultar um rendimento suplementar, para além do salário ou ordenado, não é inexistente nem proibido. Tem-no um professor que escreva artigos para jornais ou revistas e que por isso é pago, ou um operário que nas horas livres conserte canalizações por conta própria.

Figurosamente proibido, sim, é o lucro especulativo ou o que assente na exploração do trabalho de outro homem. Esse é, aliás, o princípio essencial da vida mais feliz: que o socialismo de seus povos que, como a Hungria, o conquistaram.

Semana

26

Quarta-feira



1827 - Morre em Viena de Áustria o grande compositor alemão Ludwig Van Beethoven, autor de uma vasta e importante obra musical, nomeadamente um famoso conjunto de nove sinfonias.

É decretada uma greve geral de oito dias em S. Salvador, constituindo a primeira grande resposta popular ao assassinato do arcebispo Oscar Romero. Um rédem libertado pelos ocupantes da embaixada dominicana em Bogotá, na Colômbia, declara que brevemente se encontraria uma solução para a crise provocada pelo sequestro de diplomatas nesta embaixada por um grupo esquerdista. Membros do Conselho de Segurança da ONU começaram a elaborar um projeto de resolução sobre o direito do povo palestino a dispor de um Estado próprio. O primeiro-ministro britânico Margaret Thatcher anuncia um "programa de austeridade" que inclui aumentos na maioria dos impostos e uma drástica redução das despesas do Estado. O parlamento europeu não consegue chegar a acordo sobre a margem de aumentos dos preços agrícolas da CEE. O senador Edward Kennedy alcançou ontem a sua primeira importante vitória sobre o seu rival, o presidente Carter, dos EUA, nas eleições primárias de Nova Iorque e Connecticut para as eleições presidenciais. A "Boeing" é contemplada pelo Pentágono, nos EUA, com a concessão do fabrico do míssil "Cruise", destinado a equipar os bombardeiros norte-americanos "B-52". O plenário dos Sindicatos britânicos decreta uma greve geral para 14 de Maio próximo, como protesto pela acção governativa do executivo de Margaret Thatcher.

27

Quinta-feira

1935 - Realiza-se o I Congresso do Partido Comunista do Vietnam.



O governo da Jamaica decide romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e procurar meios alternativos de apoio financeiro. Uma plataforma de prossecução petrolífera do Mar do Norte alunda-se durante uma tempestade, tendo desaparecido perto de 150 pessoas. A polícia espanhola prende o jornalista Ricardo Cid, da revista de esquerda "La Calle", por causa de dois artigos em que critica as autoridades. Os países da CEE, segundo revelação do ministro luxemburguês do NE, Gaston Thom, estão dispostos a propor alterações à Resolução 242 da ONU sobre o Médio Oriente se até 26 de Maio os acordos de Camp David não conduzirem a um estatuto de autonomia para os territórios árabes sob ocupação sionista. O jornal "Washington Post" revela que um relatório secreto que está a ser preparado pela comissão especial permanente de informações da Câmara dos Representantes do Congresso americano, imputa ao presidente Carter a responsabilidade da ocupação da embaixada dos EUA em Teerão ao ter deixado entrar o Xá no país, apesar dos avisos em contrário. Morre em Paris o escritor e crítico literário francês Roland Barthes. O diário moscovita "Izvestia" acusa a embaixada norte-americana na URSS de espionagem militar.

28

Sexta-feira

1939 - Fim da guerra civil espanhola, desencadeada pelos fascistas comandados por Franco e apoiada pela Alemanha nazi, com a capitulação dos republicanos em Madrid e Valência.

Demitem-se mais três ministros salvadoreños por discordarem com a vaga repressiva desencadeada pela Junta de Governo, que já fez mais de 700 mortos nos últimos dias, entre operários, camponeses e estudantes. O emissário do presidente Carter, dos EUA, a Tel-Aviv e ao Cairo regressa a Washington sem ter conseguido desbloquear as negociações israelo-egípcias. Dirigentes da esquerda salvadoreña alertam em Havana para o perigo de uma intervenção armada patrocinada por alguns regimes da América Central contra o seu país. Quatro mortos e um ferido são o primeiro balanço de uma operação policial do grande envergadura no norte de Itália no combate ao grupo terrorista autodenominado "Brigadas Vermelhas", tendo sido apreendidas diversas armas e munições e uma "lista" de 300 pessoas a abater pelos terroristas.

29

Sábado

1973 - As forças norte-americanas abandonam o então Vietnam do Sul, no que foi o fim da ocupação imperialista do país.

O balanço da catástrofe da plataforma petrolífera no mar do Norte eleva-se a 39 mortos e 84 desaparecidos; até agora só 89 pessoas sobreviveram ao acidente. O primeiro-ministro britânico Margaret Thatcher e o chanceler da RFA Helmut Schmidt "consideram possível" uma solução de compromisso para a crise orçamental do Mercado Comum. A direcção da empresa "Vaal Feefs", que explora a maior mina de ouro do mundo, na África do Sul, anuncia que morreram 31 trabalhadores num acidente ocorrido na passada quinta-feira.

30

Domingo

1890 - Suicida-se o grande pintor holandês Vincent Van Gogh, um dos mestres do impressionismo.



O ministro das Forças Armadas de Cuba, Raúl Castro, responsabiliza os EUA e as ambições eleitoralistas dos dirigentes norte-americanos de serem responsáveis pela guerra-fria desencadeada o ano passado. Os chefes de Estado dos cinco países que se libertaram do colonialismo português, assinam no Maputo um acordo geral de cooperação económica. Morre, com 91 anos de idade e em consequência de um ataque cardíaco e complicações pulmonares, o presidente da República Socialista do Vietnam, Ton Duc Thang. O povo palestino assinala o "Dia da Terra" com uma greve geral nas principais cidades dos territórios árabes ocupados (Cisjordânia e Faixa de Gaza) e manifestações anti-sionistas. A polícia francesa prende 30 pessoas, incluindo três italianos, procurados em ligação com o assassinato do antigo primeiro-ministro italiano Aldo Moro. As duas principais forças beligerantes no Tchad concordam num terceiro cessar-fogo. O funeral do arcebispo Oscar Romero, em São Salvador, é assassinado com tiro de fuzil; do pânico e violência subsequentes resultaram 40 mortos e 250 feridos.

31

Segunda-feira

1964 - João Goulart, presidente brasileiro, é deposto por um golpe militar promovido pela CIA e que dá início ao fascismo brasileiro.

Morre Jesse Owens, o atleta da cor norte-americano que em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, na presença de Hitler, arrabotou todas as medalhas de ouro nas provas atléticas em que participou. O dirigente sindical brasileiro Inácio Silva denuncia que a legislação sindical no Brasil é uma cópia fiel da "Carta do Trabalho" promulgada por Mussolini na Itália fascista. O novo Parlamento basco inicia as suas actividades com uma cerimónia histórica na cidade de Guernica, perto de Bilbao. A agência soviética Tass noticia que o Exército afgão neutralizou um grande grupo de bandoleiros infiltrados perto da cidade de Karabag, na província de Gazni, tendo sido apreendidas centenas de armas de fabrico norte-americano, paquistâneas e chinesas.

1

Terça-feira

1970 - O capitão Ernesto L. Medina é responsabilizado formalmente pelo Exército dos EUA como responsável da chacina de My Lai, no Vietnam.

O «ayatlilxah» Khomeyni opõe-se a que os réformes norte-americanos em Teerão passem a ficar à guarda do Conselho Revolucionário iraniano e lembra que a solução desse caso é de exclusiva competência do Parlamento. Os dois principais sindicatos britânicos do aço decidem terminar com a greve que há treze semanas paralisava o sector; a decisão foi tomada por 47 votos a favor e 27 contra e traduz a acção dos 19,7% exigidos. O vice-presidente vietnamita Nguyen Huu Tho é nomeado presidente interino na sequência da morte do presidente Ton Duc Thang. Os trabalhadores metalúrgicos de S. Paulo, Brasil, iniciam uma greve geral com vista à obtenção de aumentos salariais.

El Salvador: contra intervenção norte-americana

Uma greve geral de oito dias paralisa El Salvador. Três ministros democratas cristãos - Economia, Educação e Agricultura - demitiram-se, afirmando que a Junta no Poder «não esteve à altura de pôr termo à repressão no país». Na Nicarágua foram decretados três dias de luto nacional. Reações estas que se inserem num massivo protesto popular contra o assassinato do arcebispo Oscar Romero, «a voz dos que não têm voz», pelo grupo fascista Aliança de Combatentes Brancos.

Hoje, ao assassinato de Oscar Romero, ao assassinato de muitas centenas de pessoas no esforço de evitar a abertura de uma via inteiramente revolucionária para o país, soma-se mais de 35 mortes nas cerimónias fúnebres em memória do arcebispo, que juntaram na catedral de São Salvador cerca de meio milhão de pessoas. Factos que testemunham a violência a que recorre o punhado de famílias que defende o regime, face ao assenso evidente do movimento popular de massas.

O «auxílio» norte-americano
O punhado de famílias por cujos interesses se mata em El Salvador centenas de pessoas, não conta apenas com as suas próprias forças, com os bandos de direita que arma e organiza, com as forças repressivas que domina, com os exércitos privados que agrega mercenários norte-americanos, saionistas, saionistas, guatemaltecos e contra-revolucionários cubanos, de há muito instalados nos Estados Unidos.

Nas vésperas do seu assassinato, Oscar Romero, em carta de Fevereiro enviada ao presidente Carter, pediu: «Garanti que o vosso governo não intervirá directa ou indirectamente com pressões militares, económicas e diplomáticas ou outras para se determinar o destino do povo salvadoreño». Esta carta, hoje mundialmente conhecida, é um dos múltiplos indícios da intervenção do imperialismo em El Salvador, para forçar um futuro contra o qual se bate o seu povo. Em fins de Fevereiro, o «Washington Post» anunciava que os Estados Unidos tinham «provisoriamente adiado o golpe de Estado governamental reaccionário» no Salvador. Recentemente o secretário-geral do PC de El Salvador, camarada Shafilek Jorge Handal, na clandestinidade, denunciou que o Pentágono pôs em estado de alerta as tropas norte-americanas acantonadas nas bases da zona do canal do Panamá e as forças da Unidade Operacional do Caribe, com Estado Maior em Key-West (Florida), recentemente criada por Carter para acções punitivas nas zonas consideradas de interesse estratégico para os Estados Unidos.

Porque foi morto o Arcebispo Oscar Romero?

As recentes declarações de Monsenhor Romero ao jornalista Mario Menéndez Rodríguez, ajudam a esclarecer as «razões» do seu assassinato. Por detrás destas, naturalmente, as forças que quiseram calar uma voz que afirmava:

- «A razão de todos os nossos males é a oligarquia, especialmente aquele pequeno grupo de famílias que não se preocupa com o facto de o povo passar fome. Mais do que isso - precisa dessa fome para dispor de uma mão-de-obra barata».
- «A repressão contra o povo tornou-se, para esse grupo de famílias, uma espécie de necessidade, para conservar e aumentar os seus lucros. A concentração de riqueza e da propriedade resulta na concentração do poder político, económico e social».
- «As Forças Armadas foram encarregadas de defender os interesses da oligarquia e defender a estrutura económica e política sob pretexto de que isso corresponde aos interesses e segurança nacionais».
- «Assim são justificados os actos mais repugnantes. Tentam convencer o povo de que o regime existente é o único e o melhor «defensor da civilização cristã» e dos «ideais democráticos ocidentais».

do exército guatemalteco, conhecida por «Os Kaibiles», encontra-se actualmente aquartelada na zona oriental da Guatemala, na fronteira com El Salvador.

Unidade popular

As Forças Populares de Libertação Farabundo Martí, as Forças Armadas da Resistência Nacional e o Partido Comunista de El Salvador, membros da Coordenadora Revolucionária, afirmaram repetidamente não só o seu repúdio por uma ingerência que é sustentáculo determinante das forças reaccionárias em El Salvador e responsável pelos crimes que contra o seu povo estão a ser cometidos, mas a sua determinação em lutar até ao fim contra tal ingerência. Também parte da social-democracia salvadoreña e sectores



Que interesses estão em confronto no Afeganistão?

Na resolução sobre o Afeganistão aprovada na Conferência Internacional para a Paz e Segurança na Ásia, que terminou em Nova Deli no dia 25 de Março, sublinha-se que é condição vital para a resolução da situação criada naquela país o fim da ingerência por parte dos EUA e dos seus aliados. Uma conclusão indesejável. Os factos provam à sociedade que o problema do Afeganistão é o problema da intervenção imperialista.

A 2 de Março de 79, o «Wall Street Journal» afirmava: «Os Estados Unidos podem fazer muito para elevar o moral das forças anti-soviéticas no Afeganistão e em toda a região... O governo americano poderá exprimir a sua preocupação pela violação dos direitos do homem no Afeganistão, como o fez em relação a muitos outros países. Pode dar o seu apoio à exportação de armas pesadas para o Paquistão para que este país não tenha a impressão de ter sido abandonado. Poderá além disso encorajar outros países industriais, e também a China, para aumentar a sua contribuição para a defesa do Paquistão».

Na verdade tudo tem sido feito. Desde a caluniosa campanha em todos os órgãos de informação ao serviço do imperialismo, ao fornecimento de armas, à organização de corpos de mercenários, ao treino e financiamento dos grupos contra-revolucionários. De acordo com o boletim da ICA, instituição que se ocupa da administração dos fundos norte-americanos destinados à «ajuda ao desenvolvimento», os Estados Unidos investiram, nos últimos dois anos, 500 milhões de dólares no Afeganistão para defender «importantes interesses dos Estados Unidos». Em 1978, de acordo com o «Weser-Kurier», a RFA esforçava-se por fornecer cerca de 25 milhões de dólares, para «manter certas opções

EUA, da China e de alguns países da Europa Ocidental. Uma das personalidades encarregadas de tais fornecimentos é o vice-presidente de Negócios Estrangeiros dos EUA, M. Christopher. No que respeita a mercenários, encarregou-se a famosa revista «Soldados da Fortuna». Nas páginas de um dos últimos números desta revista insere-se uma entrevista com um dos cabeleiras contra-revolucionários e apela-se ao alistamento de mercenários para o Afeganistão.

Com que forças conta o imperialismo?

No seu número de 3 Julho de 1979, o «Figaro» escrevia significativamente que a revolta de uma velha sociedade conservadora, muçulmana por tradição, contra as transformações revolucionárias, seria inevitável. E em tais forças que os EUA apoiam a sua ofensiva contra o povo afgão, tentando simultaneamente lançar os partidos islâmicos contra a União Soviética. Os objectivos - ao apoiar as forças conservadoras islâmicas - são francamente ambiciosos. Como afirma o jornal de Beirute «Al-Shaab», «os



Troca de sorrisos entre o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros e rebeldes afgãos: um apoio e uma ajuda iguais aos do imperialismo

Fábricas da morte prosperam na crise

A 24 de Janeiro, pouco antes de fechar a Bolsa, o curso das acções das trinta companhias industriais mais importantes dos Estados Unidos subiu três pontos. As quotizações de outras companhias militar-industriais e petrolíferas subiram também, embora com menor intensidade. Segundo certos círculos, o que determinou esse impulso foi o discurso presidencial. «Sobre o estado da nação», no qual dizia que «os gastos para a defesa e os estudos tecnológicos poderiam estimular consideravelmente a actividade económica dos EUA nos próximos anos».

Considera-se que os negócios militares e o petróleo são capazes de manter «à tona», pelo menos em 1980, a economia norte-americana, cuja situação deixa muito a desejar. Formulam-se cálculos pessimistas relativamente ao futuro económico de todos os países capitalistas.

Segundo as estimativas mais generalizadas, o crescimento geral do produto nacional bruto atingirá apenas 1 por cento. A maioria dos economistas estão de acordo em que a recessão é inevitável. O «Financial Times», de Londres, considera que a economia britânica se encontra no limiar de uma depressão mais profunda que a de 1975. A actividade económica do Japão, República Federal Alemã e Itália também abrandou os seus ritmos.

É comum a todo o mundo capitalista o facto de a recessão registada nos sectores dependentes da procura se arrisca a afectar rapidamente os outros ramos. O incremento da produção de artigos de consumo, nos EUA e na RFA, foi, um terço do registado no ano anterior, alcançando apenas 1 por cento. Nos Estados Unidos, reduziu-se em 10 por cento o volume da construção residencial e em 20 por cento a produção de automóveis, no final do ano.

Isto sucede porque, como é lógico, o poder aquisitivo da

população diminui sem cessar. Segundo estatísticas do Departamento de Trabalho, só nos primeiros meses de 1979, o salário real dos operários norte-americanos baixou quase 5 por cento, chegando a ser menor que nos anos da crise de 1974-75. Ainda em 79, a inflação absorveu mais 13 por cento do poder de compra da poupança da população, ao passo que aumentou em perto de 15 por cento a dívida por compras a prazo.

Aposta errada
Perante esta situação, os monopólios e os governos apostam no militarismo, esperando assim compensar a perda de lucros provocada pela recessão na produção civil. É assim que, logo no início do ano passado, a «General Electric» informou os seus accionistas em boa posição, para sair bem sucedida de qualquer diminuição do crescimento económico, graças aos pedidos militares».

Enquanto milhares de firmas norte-americanas perdem encomendas, os consórcios da indústria militar recebem-as cada vez mais. Em meados de 1979, a «United Technologies» tinha fidejussão mais de 30 por cento de encomendas do que no ano anterior, num total de quase 10 mil milhões de dólares. O curso das acções das cooperações aero-espaciais voltou a subir em finais de 1979, quando Washington conseguiu impor o programa de instalação de novos mísseis da NATO na Europa. Isto significa novos contratos, de 5 a 6 milhões de dólares, para começar. O orçamento militar dos EUA aumentou também. Mas, já antes disso, o andamento dos negócios deste tipo de companhias era brilhante, tendo o volume das suas operações, nos primeiros meses de 1979, subido mais de 30 por cento, e os seus lucros limpos 95 por cento.

Cimeira de Maputo um exemplo de unidade

A unidade de esforços, a solidariedade entre países progressistas e movimentos de libertação, entre vários povos e países, na batalha pela emancipação política e económica, por uma justa evolução da política económica internacional - surge como um traço dominante da realidade africana actual, que determina passos fundamentais no processo de libertação do continente. A recente vitória das forças patrióticas do Zimbabué está-lhe intimamente ligada. O processo de libertação da Namíbia, a luta contra a política de «apartheid» na África do Sul, beneficiam também amplamente dessa profunda e sistemática solidariedade.

Neste momento novos passos estão a ser dados para o estreitamento de tal unidade e mútua solidariedade. Na reunião de Maputo, entre os chefes de Estado de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé - reunião que se deverá repetir anualmente - foi estabelecido um acordo económico geral e decidido o incremento da cooperação em domínios como o da educação e da saúde. Em Lusaca decorre uma reunião entre os países da Linha da Frente e a Estubad, o Lesotho, a Suazilândia e o Malawi, destinada a estabelecer as formas de cooperação entre estes diversos países e de solidariedade concreta com o Zimbabué Independente. Ainda em Abril deverá realizar-se uma conferência dos chefes de Estado e de governo da Organização de Unidade Africana (OUA), em que serão debatidos problemas económicos. Ponto também particularmente destacado em Maputo, onde se acentuou a importância da cooperação estabelecida no âmbito das acções em curso a nível continental para formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento socioeconómico em África, marcando a superação da realidade de domínio neocolonialista, de dependência económica face às antigas potências coloniais e multinacionais com sede na Europa capitalista e nos EUA.

Na reunião realizada em Maputo - que no próximo ano terá lugar na Guiné-Bissau - foi assinado um acordo geral que estabelece os princípios básicos que deverão regular as relações entre os cinco países presentes nos domínios do comércio, transportes, finanças, banca e seguros. Foram igualmente examinadas as possibilidades de cooperação nos domínios da educação, cultura, informação, justiça, desporto, saúde e outros - tendo-se decidido que essas possibilidades devam ser sistematicamente estudadas, de forma a reforçar e ampliar a cooperação multilateral entre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Exemplo de unidade de países progressistas ao serviço das forças de libertação no continente africano, a reunião de Maputo debateu problemas gerais do continente, como o da auto-suficiência no campo alimentar e dos transportes e comunicações, saudou o Zimbabué independente e reafirmou o seu apoio à luta da SWAPO e da ANC pela independência da Namíbia, contra o regime de «apartheid» na África do Sul.

Morreu Ton Duc Thang

O camarada Ton Duc Thang, presidente da República Socialista do Vietnam, faleceu na manhã de 30 de Março.

Ton Duc Thang nasceu a 20 de Agosto de 1888, no delta do Mekong, no sul do país. Estudou na antiga Saigão, hoje cidade de Ho Chi Minh. Pela sua activa participação nos movimentos anticolonialistas foi forçado a abandonar o país em 1912. Durante a primeira guerra mundial combateu na Marinha francesa, tendo participado no levantamento desta em Sebastopol. Em 1920 regressou ao Vietnam. Pela actividade revolucionária que desenvolveu no seu país, foi preso pelas autoridades coloniais francesas, permanecendo 16 anos nos cárceres da ilha penal de Con Son. Foi membro do Comité Central, do Partido Comunista do Vietnam desde 1930. Dirigiu a Frente de Libertação Nacional do Vietnam do Sul. Em 1960 foi eleito vice-presidente da República Democrática do Vietnam. Em 1969, após a morte de Ho Chi Minh, passou a ocupar a presidência. Após a reunificação do Vietnam, em 1975, foi confirmado no cargo de presidente da República Socialista do Vietnam.

Também em Portugal solidariedade com Hans Peter

Decorre na RFA o julgamento de Hans Peter, funcionário vitalício dos Correios, acusado, no fundamental, de pertencer ao Partido Comunista Alemão. Todos os elementos do processo «acusatório» - candidato pelo PCA em eleições, visita à RDA, artigos publicados no «Unserer Zeit» jornal do PCA - levam à conclusão óbvia de que o seu pretendido aliar ao PCA.

Os 50 processos instaurados nos Correios e Caminhos de Ferro Federais reflectem a mesma preocupação por parte do governo da RFA, em confronto com o articulado da Constituição que assim se afirma pretender defender, e que, entretanto, garante que «ninguém deve ser perseguido pelas suas concepções políticas».

O caso de Hans Peter é particularmente grave porque abre um precedente: é a primeira vez que um funcionário vitalício comparado perante o Tribunal Federal de Disciplina.

Contra as interdições profissionais, contra a condenação de Hans Peter, ergueu-se por toda a Europa capitalista e em particular na RFA, uma onda de protesto. Exige-se que Hans Peter não seja condenado.

Também em Portugal essa solidariedade tem a sua expressão. Vários telegramas de protesto e solidariedade têm vindo a ser dirigidos ao chanceler federal Helmut Schmidt e ao Tribunal Federal de Disciplina de Stuttgart.

Destacamos, por razões óbvias, o telegrama da Direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e das Telecomunicações:

«Considerando que Hans Peter é trabalhador dos CTT da RFA em nada altera os seus direitos em relação aos outros trabalhadores; considerando que as camaradas dos CTT da RFA estão a ser alvo de processos disciplinares pelo simples facto de apenas serem candidatos a eleições autárquicas; considerando este facto como uma acção discriminatória; do SNCTC, com sede em Lisboa, Portugal, repudia energicamente tais medidas e exige que sejam imediatamente anulados todos os processos disciplinares instaurados contra trabalhadores dos CTT da RFA candidatos a eleições autárquicas».

Por outro lado, num só ano, os consórcios petrolíferos dos EUA aumentaram em média os seus lucros em 75 por cento, e os mais fortes dentre eles 100 por cento.

A reacção das corporações militares faz lembrar a situação crítica de 1974-75, quando o militarismo era anunciado como «salvador da nação» e devia conservar muitos postos de trabalho. Mas, desta vez, os programas militares e a psicose de guerra são muito maiores. Segundo dados do Departamento do Tesouro dos EUA, durante a anterior recessão, as despesas militares aumentaram 10 por cento, mas o seu crescimento veio a diminuir posteriormente. No exercício financeiro de 1980, as despesas militares voltaram a aumentar notoriamente e no de 1981 - que se inicia a 1 de Outubro próximo - atingirão 161 800 milhões de dólares; para 1984, ultrapassarão largamente os 200 mil milhões.

Para que a opinião pública não atente demasiadamente na inevitável carestia em que se traduzem as despesas militares, os meios informativos mais comprometidos afirmam que o novo orçamento quase «aneará» a economia. É possível, aliás, que a ocupação aumente em algumas dezenas de fábricas «da morte». Mas, a longo prazo, a militarização agravará o desemprego. Economistas norte-americanos são do parecer aliás, que em 1980 o número de desempregados aumentará de 6 para, no mínimo, 8 milhões oficialmente registados.

Santarém em festa: uma Primavera de Futuro

Durante três dias 28, 29 e 30 de Março, o recinto da Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, conheceu uma animação nova e genuinamente popular, vibrante como o é o povo em festa, contagiante como o são as festas do povo. Era a Festa da Primavera, iniciativa da DORS do PCP que levou as gentes desta laboriosa região, mas também muitos forasteiros, vindos em excursões ou em pequenos grupos, com transporte próprio.

O programa era vasto e aliciente. Alguns exemplos: no campo musical houve desde o "Rock ao vivo" até ao folclore, passando pelo Fado e diversos

espectáculos de variedades musicais; o desporto exibiu-se em força, avançando pelos tomos de chiquinho até aos campeonatos de damas e simultâneas de xadrez, "rolando" para o ciclismo e tomos/convívios de futebol de sate. Colóquios, houve-os em número de seis: sobre Desporto, Comunicação Social, Portugal e a CEE, Agricultura, Situação Política Internacional, Paz e Desarmamento, e Defesa da Constituição. E ainda cinema e teatro. Não falando das crianças, para quem havia espectáculos de teatro e cinema, música infantil, palhaços e bandas de música.

O ponto alto da Festa da Primavera foi o Comício de encerra-

mento, que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal (de que damos notícia nesta página), sendo certo que "ponto alto" foi igualmente toda a Festa, saída da capacidade organizativa dos comunistas e transformada num grande acontecimento popular, político e cultural, pelos imensos caudais de gente que a ela acorreram e dela beneficiaram. Quer as exposições de carácter político-cultural, os stands do livro e do disco ou os colóquios realizados, e, obviamente, o Comício de encerramento, povoaram-se de gente atenta, interessada, transformando a Festa da Primavera num acontecimento social de enorme

importância. Era uma realização comunista a funcionar em pleno, como sempre, e a tomar-se uma força viva, dinâmica, profundamente enraizada nos problemas e necessidades das massas populares.

Como nota final e para "condimentar" esta breve descrição, refira-se ainda os excelentes vinhos e petiscos do Ribatejo (e de outras regiões) oferecendo "soluções" gastronómicas quase infinitas, o Mercado de produtos da Reforma Agrária (onde a batata, apesar da sua quantidade, desapareceu num abrir e fechar de olhos!), e os vários stands de vendas com produtos da região e de todo o País.



Álvaro Cunhal conversando com Pioneiros, a arte dos tomeiros de madeira de Pernes — imagens de uma Festa que foi também uma grande iniciativa cultural e política



O Comício de domingo

Quando ainda faltavam muitos minutos para o Comício a realizar às 17 horas do passado domingo — e onde falará o camarada Álvaro Cunhal — já o recinto de Espectáculos da Feira Nacional de Agricultura de Santarém acolhia uma multidão apressada. Estava-se no último dia da Festa da Primavera — "Uma Festa Popular de Todo o Ribatejo", como sublinhava o Programa — que fora inaugurada dois dias antes com a presença dos camaradas Dias Lourenço, Raimundo Cabral, Eugénio Pisco e diversos camaradas dos organismos de direcção do distrito.

O camarada Fernando Oliveira iniciaria o Comício começando por saudar, em nome da DORS do PCP, o esforço e a dedicação dos muitos camaradas das várias organizações do Partido que ergueram a Festa e contribuíram decisivamente para o seu êxito. Êxito que estava patente na enorme massa de pessoas que por

ela passaram e que dela saíram, necessariamente, mais unidas para a luta a travar contra a política reacçãoária do Governo PPD/CDS.

O camarada Fernando Oliveira informaria ainda que estavam presentes na Festa representações de todas as Organizações do Partido, excepto Três-os-

Montes e Ilhas, o que falava da importância da Festa da Primavera, sendo de desejar que para o ano estejam presentes todas as Organizações. A Festa continuou os seus êxitos. Para finalizar e após ter agradecido às diversas entidades públicas a sua colaboração, denunciaria ainda a atitude das autoridades responsáveis pelo Recinto da Feira Nacional de Agricultura ao impor um preço pelo aluguer do recinto três vezes superior ao que se pagara o ano passado.

Discurso de Álvaro Cunhal

O camarada Álvaro Cunhal, que se encontrava acompanhado dos camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Raimundo Cabral, do Conselho Político, começou o seu discurso improvisado com uma resenha de toda a ofensiva desencadeada contra o regime democrático e as conquistas da Revolução pelo Governo da direita, sublinhando o papel dos comunistas na defesa da Revolução e a sua solidariedade de sempre para com os trabalhadores que, por todo o País, enfrentam as investidas, por vezes brutais, da política governamental.

Recordando os violentos ataques e o tropel de ilegalidades cometidos pelo MAP contra a Reforma Agrária, o secretário-geral do PCP advertiria os fascistas e a direita de que o facto de se encontrarem no Governo não impediria os comunistas de

dizerem a verdade, em defesa da Reforma Agrária.

"O PCP é a única força que, consequentemente e sempre, nos bons e maus momentos, esteve

sempre com todas as conquistas da Revolução", recordaria ainda o camarada Álvaro Cunhal, frisando em seguida que a direita bem pode dizer que os comunistas

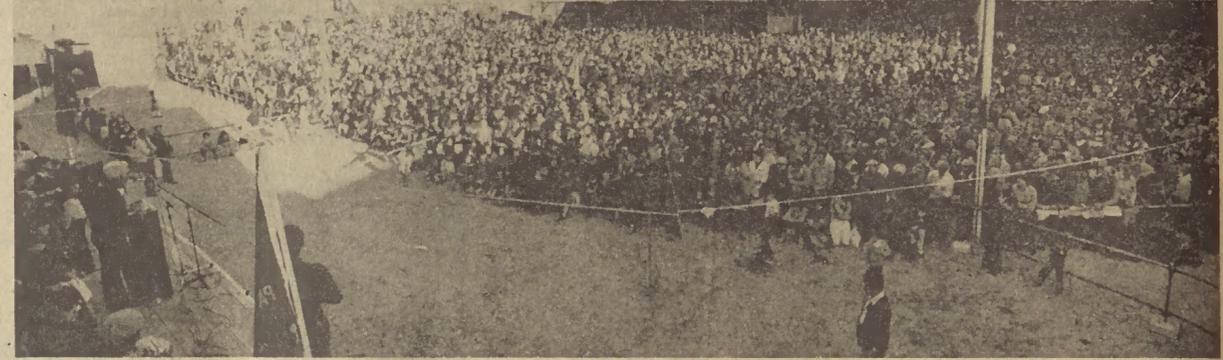
"actuem fora da lei", quando, "de facto", o seu Governo reacçãoário é que actua ilegalmente. Por fim, acentuando que é necessário começar-se

a trabalhar já para as eleições legislativas, onde o único voto seguro é na APU, Álvaro Cunhal recordaria que o PCP, que dois meses depois do 25 de Abril não

tinha mais de 15 000 militantes e hoje é um grande colectivo de implantação nacional, constitui uma força fundamental na defesa da Revolução.



Rostos atentos à intervenção do Secretário-Geral do PCP



Milhares de pessoas participaram no comício de encerramento

Festival da Primavera, na Amadora Encontro aberto: Álvaro Cunhal em diálogo vivo com a juventude

A vivacidade e o espírito combativo da Juventude estiveram bem presentes no último fim-de-semana na mais jovem cidade do país: a Amadora. Ali decorreu desde as 8 e 30 de sábado até à noite de domingo o Festival da Primavera, jornada de unidade e convívio promovida pela JCP do distrito de Lisboa, sob o lema «Unir a Juventude, Defender Abril».

Reunindo um vasto e diversificado programa, bem ao jeito da Juventude, o Festival teve os seus pontos altos no «encontro aberto» do Álvaro Cunhal com os jovens, no espectáculo «28 de Março», na presença do «jazz» e da música «rock» e no desfile realizado no domingo pelas ruas da Amadora.

Mais de uma dezena de perguntas, duas horas de vivo debate: este o balanço que aqui podemos esboçar acerca do «encontro aberto» realizado no sábado à noite no Pavilhão da Associação Académica da Amadora. Como explicaria o camarada Rabaçal, da organização de Lisboa da JCP, aquela iniciativa não era propriamente uma sessão de esclarecimento ou, muito menos, um comício da Juventude Comunista. O secretário-geral do PCP estava ali para um debate directo e amplo com os jovens presentes. Como então foi referido, os «complexos» e os «problemas» que às vezes surgem não tinham ali cabimento. Ou seja: nada de «vergonhas», quem tivesse questões a pôr devia levantar o braço que o microfone imediatamente lhe apareceria. E foi o que aconteceu. Após uns momentos de indecisão, as perguntas começaram a surgir, colocadas directamente ao camarada Álvaro Cunhal. Jovens das mais diversas idades, trabalhadores, estudantes, jovens comunistas e não comunistas, puseram então ao secretário-geral do PCP questões que foram desde a música «punk», onde o camarada Álvaro Cunhal salientou não estar em condições de abordar directamente o tema, embora se tenha referido às expressões da violência veiculadas através de

certo tipo de música «rock», até à participação da juventude na luta em defesa da Reforma Agrária e do regime democrático, passando pela Banda Desenhada, ecologia e meio ambiente, droga, o «moto-cross» e as actividades desportivas integradas em jornadas do Partido e da Juventude, energia nuclear, acesso à Universidade, a violência e a programação da TV, a recente visita de uma delegação do PCP ao Médio Oriente, o Afeganistão e outros temas.

A todas as questões o camarada fez o respectivo comentário/resposta, tendo em vários casos relacionado os assuntos. Sobre os problemas a que não pôde dar respostas directas apelou para a intervenção dos jovens que os levantaram. Na maioria dos casos, contudo, o secretário-geral do PCP respondeu de forma desenvolvida. Por exemplo, a música «rock»: trata-se, disse o camarada Álvaro Cunhal, de uma expressão musical tão digna de atenção como outra, quando interpretada por executantes de mérito. Por outro lado, admitiu, não se poder exigir, como muitos erradamente pretendem, que os jovens de hoje tenham os mesmos gostos musicais das gerações anteriores. Na altura do «charleston», exemplificou o secretário-geral do PCP, muita gente criticou a juventude que então apreciava tal corrente musical. Hoje, o «charleston» faz parte do passado e são as gerações antigas que falam dele...



O desfile pelas ruas da Amadora encerrou o Festival da Primavera

Médio Oriente, tendo esboçado um breve panorama histórico da luta do povo palestino desde a fundação do Estado de Israel, após a II Guerra Mundial.

Um programa aliciente

Mas, como já dissemos, o Festival não ficou por aqui. Ao longo dos seus dois dias, muitas iniciativas mobilizaram o interesse e a participação de centenas de jovens. O desporto, por exemplo, marcou presença logo no sábado de manhã com os quantos e melas-finais do torneio/convívio de futebol de salão, além de provas na piscina da Académica, simultânea de xadrez e sessão dos «Jogos do Inícrível». A final do torneio de futebol, a prova de atletismo «Juventude de Abril» e demonstrações de jogo do pau, karaté, halterofilia, judo, ginástica, natação e a segunda parte dos «Jogos do Inícrível» completaram no domingo o programa desportivo do Festival.

Os espectáculos foram também nota saliente. No sábado registaram-se as acções dos conjuntos «Quinto Crescente» (jazz), «UHF» («rock») e «Troante» (música popular). Houve ainda um espectáculo sobre Camões pelo grupo Teatro Praça Pública. A noite foi animada por um grandioso bailado, com o conjunto «Outra Banda» e por uma sessão de filmes. No segundo

dia do Festival, o Dia Nacional da Juventude (28 de Março) foi tema para um belo espectáculo em que actuaram Paulo de Carvalho, Samuel, Carlos Paulo, Alfredo Vieira de Sousa, Manuel Branco, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Carlos Paredes e Fernando Almim.

O Festival da Primavera foi ainda centro de debate e encontro vivo de opiniões sobre os mais diversos temas. Assim, num auditório instalado junto do Pavilhão decoraram colóquios com a participação interessada de centenas de jovens. Jovens trabalhadores agrícolas falaram sobre a Reforma Agrária, membros do Conselho para a Paz e Cooperação (CPCC) referiram-se aos esforços

Aproxima-se o 1.º Congresso da JCP

Três objectivos fundamentais

Como o «Avante!» já amplamente divulgou, decorrerá em 24 e 25 de Maio próximo, em Lisboa, o 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). A decisão foi tomada na reunião da Direcção Nacional da JCP realizada no início do passado mês de Março e agora confirmada numa conferência de imprensa em que foram divulgados dois importantes documentos: um sobre o Congresso (que se realizará no Pavilhão da Tapadinha) e outro intitulado «Carta à Juventude».

São objectivos fundamentais do 1.º Congresso: proceder a um balanço da actividade desenvolvida pela JCP desde a sua criação em 10 de Novembro de 1979; aprofundar o exame da situação e problemas da juventude portuguesa no presente momento; e traçar os grandes objectivos de acção e as tarefas dos jovens comunistas para o futuro.

Tendo em conta as orientações do Congresso e as características da situação política, social e económica que se vive em Portugal, situação essa «marcada pelo agravamento da ofensiva reacçãoária a antijuvenil do Governo Sá Carneiro/Freitas Amaral», o 1.º Congresso da JCP será certamente, salienta o documento divulgado aos jornalistas, «uma importantíssima tribuna de discussão e procura de soluções para os graves problemas que afligem a jovem geração portuguesa e uma reafirmação vibrante de que a juventude portuguesa está disposta a fazer frente aos inimigos de Abril e a cerrar fileiras em defesa da democracia».

«Debates abertos com a JCP»: o que é? No âmbito do trabalho preparatório do Congresso, já encarado pelas organizações e militantes como a sua tarefa fundamental, assume destacada importância e significado a realização dos «Debates abertos com a JCP», iniciativa apontada pela Direcção Nacional e que tem como base os problemas e perspectivas lançadas pelo documento «Carta à Juventude», que publicamos a parte.

O objectivo principal dos «Debates» é o lançamento de um amplo movimento de discussão entre a juventude portuguesa, em torno das questões relacionadas com os seus interesses, direitos e aspirações. Refere, a propósito, o documento dos jovens comunistas: «Uma tal discussão, em pequenos grupos informais ou em grandes colóquios, visa por um lado estreitar ainda mais a ligação existente entre a JCP e a juventude portuguesa, os seus problemas e anseios, e, por outro lado, procura também dar um importante contributo para aprofundar o conhecimento da situação da jovem geração e das alternativas que se abrem para que seja possível uma vida melhor e mais

feliz para a juventude portuguesa». A actividade preparatória do 1.º Congresso da JCP tem como plataforma fundamental a realização dos «Debates Abertos». Uma outra importante direcção de trabalho no debate já iniciado é dada num primeiro documento

preparatório aprovado pela Direcção Nacional.

Dois concursos

No quadro da preparação e divulgação do Congresso, a JCP lançou dois concursos que estão já

a mobilizar o interesse de muitos jovens. Um destina-se à escola (até ao próximo dia 16) do cartaz do Congresso. O outro é um grande concurso de murais com a temática da luta e dos problemas da juventude e terminará nas vésperas do Congresso.

Carta à juventude «Somos comunistas e dizemos-te com confiança e optimismo»...

«Carta à Juventude» é uma mensagem de luta, unidade e determinação da JCP a todos os jovens do nosso país. É também uma mensagem de amizade e solidariedade onde se sublinha que vale sempre a pena lutar: por uma vida nova, melhor e feliz para a juventude de Abril.

Caminho seguramente vitorioso. Como mostra a heróica resistência do Povo. No presente e no passado. O caminho de quem percebe que se não lutarmos contra o adiamento forçado das nossas vidas ninguém mais o fará tão bem como nós. E muito menos o Governo Sá Carneiro. Porque ele não governa. Governar-se e desgovernar-se! Por tudo isto: o 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. A 24 e 25 de Maio. Em Lisboa. Um Congresso para o entendimento e a união da nova geração: para multiplicar as lutas e as exigências de quem não tem nesta sociedade um lugar de direito; para dar mais força à luta do povo contra o Governo Sá Carneiro; para tomar mais próxima a viragem democrática na vida política nacional!

«Somos comunistas, e dizemos-te com confiança e optimismo; Os problemas das nossas vidas não são irresolvíveis.

Não é imparável:

- a ofensiva contra Abril;
 - a fúria destruidora da Reforma Agrária;
 - o assalto aos órgãos de comunicação social;
 - a submissão ao imperialismo;
 - a destruição da liberdade e o regresso da ditadura.
- E, por aí adiante, num rol sem fim de problemas...

- o desemprego e os despedimentos;
- o trabalho incerto dos contratos a prazo;
- as discriminações sociais e salariais das jovens raparigas;
- os magros salários;
- o nível de vida a baixar enquanto os preços não param de aumentar.

Não é forçoso que:

- uniões se desfaçam, casamentos se adiem, famílias se desentendam porque a habitação é, não um direito para todos, mas privilégio de alguns;
- a saúde e assistência de vidas a cada um, sejam objecto de negócio;
- o ensino continua a degradar-se mais e mais e que a já elitizada Universidade feche as suas portas a dezenas de milhares de candidatos.



Por tudo isto...o 1.º Congresso da JCP!

Não é irremediável:

- a ausência de condições de estudo para muitos de nós;
- a vida difícil do trabalhador-estudante;
- a cultura ser mercadoria ao alcance de poucas bolsas, enquanto a sub-cultura da violência e a exploração do sexo enchem os cofres de uns poucos;
- a difusão da droga, arma do imperialismo contra a vida e contra a luta da juventude;
- a falta de condições para o convívio e o desporto.

«Problemas cujos responsáveis conhecemos e apontamos: a política de destruição do 25 de Abril, o PPD e o CDS, hoje no Governo, todas as forças que apostaram e apostam na recuperação capitalista, agrária e imperialista; e a destruição do 25 de Abril.

Somos comunistas e dizemos-te: os problemas das nossas vidas não são irresolvíveis.

Há um caminho para os resolver. O caminho da unidade, da solidariedade e da luta.

Para preparar o Congresso, propomos-te os «Debates Abertos com a JCP». Um pouco por todo o lado, desde hoje até fins de Maio. Para debater contigo:

- os problemas colectivos das nossas vidas;
- as dúvidas e interrogações que todos temos sobre muitos assuntos. Recolhendo as ideias de todos os jovens, comunistas e não comunistas.

Para que o Congresso, orientando-as para a luta, ajude a transformá-las numa força ao serviço das aspirações da juventude, da democracia, do socialismo! Esta a nossa proposta. Vem discutir-la conosco. Com abertura e franqueza. Com a certeza comum: Somos Juventude de Abril a caminho do futuro»

Esta mensagem do JCP, uma aposta no futuro, na unidade e no espírito combativo da jovem geração do novo Portugal. Uma mensagem que, estamos certos, a juventude acolherá com entusiasmo e carinho.

Objectivos concretizados

Espaço aberto à confraternização, à iniciativa, ao convívio recreativo, ao debate, à cultura e ao desporto, o Festival da Primavera, que teve também uma expressão de luta e unidade, concretizou os objectivos com que os jovens comunistas do distrito de Lisboa o ergueram: comemorar, num espírito aberto e combativo, o Dia Nacional da Juventude (28 de Março); divulgar o 1.º Congresso da JCP, neste ano do seu lançamento; prestigiar a imagem da organização junto da massa juvenil; e contribuir para o reforço da luta juvenil em prol dos seus justos direitos e aspirações.

Uma luta que tem neste momento como inimigo principal o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, Governo que, como denunciou no espectáculo «28 Março» o camarada Fernando Rodrigues, dirigente da JCP, deputado comunista e presidente da Comissão de Juventude da Assembleia da República, não só vai ao encontro dos justos interesses dos jovens como os combate.